

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

ANA CAROLINA NOGUEIRA GONÇALVES

**UBERIZAÇÃO LABORAL NO BRASIL: A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO
COMO UMA FORMA DE INTENSIFICAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO
TRABALHO NO CONTEXTO DAS ECONOMIAS DEPENDENTES – O TRABALHO
PLATAFORMIZADO EM CAMPO GRANDE**

**Campo Grande - MS
Outubro de 2025**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Curso de Mestrado em Administração**

ANA CAROLINA NOGUEIRA GONÇALVES

**UBERIZAÇÃO LABORAL NO BRASIL: A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO
COMO UMA FORMA DE INTENSIFICAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO
TRABALHO NO CONTEXTO DAS ECONOMIAS DEPENDENTES – O TRABALHO
PLATAFORMIZADO EM CAMPO GRANDE**

Dissertação apresentada para a banca final
como requisito parcial para a obtenção do título
de mestre no Programa de Pós-graduação em
Administração da Fundação Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientador: Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini

**Campo Grande - MS
Outubro de 2025**

Ana Carolina Nogueira Gonçalves

UBERIZAÇÃO LABORAL NO BRASIL: a plataformização do trabalho como uma forma de intensificação da superexploração do trabalho no contexto das economias dependentes – O trabalho plataformizado em Campo Grande

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Leandro Sauer
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro interno)

Prof. Dr. Roberto Veras
Universidade Federal da Paraíba
(Membro externo)

Prof. Dr. Fábio Melges
Universidade Virtual do Estado de São Paulo
(Membro externo)

Campo Grande, 18 de agosto de 2025

DEDICATÓRIAS

A todos aqueles que lutaram e lutam por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho, especialmente os acadêmicos, são feitos somente pelos seus autores principais. Há uma noção de que o caminhar numa pós-graduação é solitário e eu digo que não. Há sempre amigos de dentro da academia, de fora dela e familiares que tornam essa caminhada mais ou menos solitária, assim como mais ou menos difícil.

A todos aqueles com que pude contar, meus mais sinceros agradecimentos, mas especialmente a Carol e Andreia, sem quem essa pesquisa jamais teria sido concluída. Espero levar a amizade de vocês para sempre. Elcio, Fabio e Rômulo, que contribuíram com muito mais que opiniões e orientações.

A toda a equipe Platlaboral- Redlatt, afinal de contas esse trabalho é apenas um pequeno grão de areia no imenso trabalho que estamos construindo.

E Yasmin, que sempre esteve ao meu lado e me apoia incondicionalmente em tudo que faço, mas também coloca meus pés no chão quando necessário.

Por fim, como é devido, cabe a obrigação de destacar que, de acordo com a Portaria nº 206 de 04 de setembro de 2018 e Ofício Circular nº 19/2018 - CPG/CGSI/DPB/CAPES de 23 de novembro de 2018. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Tem gente morrendo
Nas prisões infectas
Tem gente morrendo
Porque quer trabalho
Tem gente morrendo
Pedindo justiça
Tem gente morrendo
Ana
Tem gente morrendo...
Sim Ana
Tem gente morrendo...

Solano Trindade

RESUMO

A uberização e a plataformização, termos que são considerados neste trabalho como sinônimos por levarem a consequências parecidas, são uma das formas pelos quais o trabalho no século XX se torna cada vez mais precário. Essa precarização pode ser representada por fenômenos como uma paulatina perda de direitos, aumentos da extensão das jornadas de trabalho, quedas salariais e elevação do número de acidentes de trabalho. De modo a criar um consenso de conformação ante a essa realidade de enfraquecimento da classe trabalhadora, surge o discurso do empreendedorismo, que visa a internalização dos comportamentos desejados pelo capital por parte dos trabalhadores e de um discurso de legitimação dessas condições. Todavia, deve-se destacar que o Brasil é uma economia dependente, e que, portanto, o trabalho desprovido de direitos e superexplorado é a realidade corrente. Partindo dos pressupostos da crítica da economia política de Marx e da Teoria Marxista da Dependência, este trabalho objetiva a apreensão do fenômeno da plataformização do trabalho no contexto brasileiro. Os objetivos específicos são compreender se o fenômeno da plataformização do trabalho pode ser considerado como um meio de intensificação da superexploração da força de trabalho, examinar as condições de trabalho dos trabalhadores plataformizados entrevistados em relação com as condições normais da classe trabalhadora no Brasil, em especial em Campo Grande e verificar a adequação e a validade das categorias da Teoria Marxista da Dependência no contexto da plataformização do trabalho. Para tanto, são realizadas entrevistas com entregadores de aplicativos do ramo de alimentos, em algumas capitais brasileiras, com a finalidade de obter os dados necessários para dar sustento à investigação proposta. Para realizar esta pesquisa, que se apoia no método dialético de apreensão do real-concreto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com motoentregadores de alimentos na cidade de Campo Grande. Os principais resultados obtidos são que os trabalhadores de aplicativos são homens, jovens, pardos, de baixa escolaridade e que recebem uma remuneração líquida média de pouco mais de um salário-mínimo. Disso, os trabalhadores uberizados participantes da pesquisa estão numa situação mais precária que a situação média dos trabalhadores campo-grandenses: apesar de as jornadas possuírem durações parecidas, as rendas líquidas são bem inferiores à média e não há proteção social ou qualquer tipo de garantia de renda.

Palavras-chave: Uberização; Plataformização; Superexploração do trabalho; motoentregadores de aplicativos

ABSTRACT

Uberization and platformization, terms considered synonymous in this work because they lead to similar consequences, are one of the ways in which work in the 20th century became increasingly precarious. This precariousness can be represented by phenomena such as a gradual loss of rights, longer working hours, falling wages, and a rise in the number of workplace accidents. To create a consensus of acceptance in the face of this reality of the weakening working class, the discourse of entrepreneurship emerged, aiming to internalize the behaviors desired by capital on the part of workers and a discourse legitimizing these conditions. However, it should be emphasized that Brazil is a dependent economy, and therefore, deprived of rights and overexploited labor is the current reality. Based on the assumptions of Marx's critique of political economy and Marxist Dependency Theory, this work aims to understand the phenomenon of the platformization of labor in the Brazilian context. The specific objectives are to understand whether the phenomenon of platformization of labor can be considered a means of intensifying the superexploitation of the workforce, to examine the working conditions of the interviewed platform workers in relation to the normal working class conditions in Brazil, particularly in Campo Grande, and to verify the adequacy and validity of the categories of Marxist Dependency Theory in the context of the platformization of labor. To this end, interviews are conducted with app delivery workers in the food sector in several Brazilian capitals to obtain the necessary data to support the proposed investigation. To conduct this research, which relies on the dialectical method of grasping concrete reality, semi-structured interviews were conducted with motorcycle food delivery drivers in the city of Campo Grande. The main findings are that app workers are male, young, of mixed race, with low levels of education, and receive an average net salary of just over the minimum wage. Therefore, the Uber workers participating in the study are in a more precarious situation than the average worker in Campo Grande: despite their working hours being similar in length, their net income is well below average and there is no social protection or any type of income guarantee.

Keywords: Uberization; Platformization; Overexploitation of labor; motorcycle delivery workers.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: O método dialético desenvolvido por Marx	21
Imagem 2: Taxa de participação na força de trabalho em Campo Grande.....	54
Imagem 3: Taxa de ocupação da força de trabalho em Campo Grande	54
Imagem 4: Taxa de desocupação da força de trabalho em Campo Grande	55
Imagem 5: Taxa de informalidade da força de trabalho em Campo Grande	56
Imagem 6: Taxa de informalidade da força de trabalho, por sexo, em Campo Grande ..	56
Imagem 7: Média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, em Campo Grande	57
Imagem 8: Rendimento médio mensal real com o trabalho principal, em Campo Grande	57
Imagem 9: Saldo de empregos por Grande Grupamento de Atividade Econômica, em Campo Grande.....	58
Imagem 10: Idade dos entrevistados	60
Imagem 11: Autodeclaração de cor/raça	60
Imagem 12: Quantidade de pessoas por família.....	62
Imagem 13: Renda Bruta, por sexo	63
Imagem 14: Médias das rendas bruta e líquida e despesas	63
Imagem 15: Como os entrevistados se veem daqui 2 anos	67
Imagem 16: Como os entrevistados se veem daqui 10-15 anos.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população de Campo Grande no primeiro trimestre	53
Tabela 2: Salário-mínimo necessário.....	61
Tabela 3: Remuneração dos trabalhadores entrevistados em Campo Grande.....	62
Tabela 4: Duração média da jornada diária dos trabalhadores de aplicativos em Campo Grande	64
Tabela 5: Média de pedidos entregues por jornada diária em Campo Grande	65

Sumário

1. Introdução.....	12
2. Método, tipologia e procedimentos metodológicos.....	20
2.1 Procedimentos de coleta de dados	22
2.2 Procedimentos de análise e interpretação dos dados	24
3. O trabalho na história: assalariamento, superexploração e plataformização.....	27
3.1 Breves considerações sobre o trabalho assalariado	27
3.2 ...Numa economia dependente.....	38
3.3 Século XXI: Uberização e plataformização	45
4. Caracterização do mercado de trabalho campo grandense.....	53
5. Resultados.....	60
6. Considerações finais.....	69
Referências	71
ANEXO I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	77
ANEXO II: PESQUISA “ENTREGADORES DE MERCADORIAS DE PLATAFORMAS DIGITAIS NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES PARA AS DINÂMICAS LABORAIS”	80

1. Introdução

Antes de tudo, destaca-se que esta é uma pesquisa integrante da rede Relações de trabalho em plataformas digitais em contextos periféricos: fator de padronização na América Latina (Platlaboral- Redlatt), coordenada pelo prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa.

As cidades brasileiras contidas na pesquisa são: Campina Grande (PB), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), João Pessoa (PB), Panambi (RS), Porto Alegre (RS) Quevedos (RS), Recife (PE) e Santa Maria (RS). Entretanto, o foco do presente trabalho está somente na análise das condições e jornadas dos trabalhadores das capitais. Desta forma, os dados utilizados aqui serão os de Campo Grande.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho há uma crescente redução da segurança no trabalho para classe trabalhadora como um todo (ILO, 2015). Ao mesmo tempo, é indicado que existe uma crescente disparidade entre o crescimento dos salários e da produtividade, com esta segunda crescendo mais rapidamente que os primeiros, e com constatação de uma maior vulnerabilidade para a aceitação de trabalhos precários entre mulheres e crianças (Mattos, 2021).

A precarização do trabalho é, portanto, no século XXI, como uma tendência estrutural (Antunes, 2023a), o que aponta que mesmo os setores da classe trabalhadora que antes dispunham de algum tipo de proteção e segurança não estão a salvo. Por todo o mundo, há um processo de expansão das jornadas, assim como sua intensificação, retornando à tese de Basso (2018) de que apesar de vivermos em tempos modernos, as jornadas vivenciadas são antigas, dada a semelhança das jornadas atuais com as que ocorreram durante o nascimento do capitalismo industrial, ainda que num contexto diferente daquele estudado pelo autor.

Antunes (2023b) aponta que como resultados dessa precarização, além das já citadas intensificação e prolongamento de jornadas num montante que foge da regulamentação, a realidade vivida pelos trabalhadores sujeitos à precarização é de:

Jornadas de trabalho extenuantes, frequentemente sem folga semanal; salários reduzidos; demissões sumárias e sem qualquer explicação; não custeamento da compra ou alocação de veículos, motocicletas, bicicletas, celulares, internet, dentre outras tantas aberrações [...]. (p. 29)

Ainda, é possível perceber uma demolição dos direitos do trabalho, exemplificada tão explicitamente pela existência da contrarreforma trabalhista brasileira de 2017 (Praun e Antunes, 2022). Praun e Antunes (2022) entendem que esta é apenas mais um dos ataques bem-sucedidos aos direitos conquistados pela luta dos trabalhadores, inserido num movimento global associado a uma maior penetração dos pressupostos do neoliberalismo visando uma reconfiguração estrutural do capital após dois momentos críticos do século XXI: a crise econômica de 2008 e, mais recentemente, a pandemia de Sars-Cov-19.

Estas alterações na legislação trabalhista atuam no sentido de dificultar a organização sindical dos trabalhadores, instituir a prevalência do negociado sobre o legislado, o que de fato mina os direitos sociais do trabalho até então conquistados, num movimento que os autores chamam de “legislar a ilegalidade” ou “formalizar o informal” (Praun & Antunes, 2022, p.183), de modo que os novos empregos que surgem se localizam em patamares cada vez mais rebaixados de segurança e dignidade, porém, com respaldo da legislação específica.

O neoliberalismo começou a se impor nos anos 1970, como uma resposta deliberada do Capital, categoria esta entendida como uma relação social (Marx, 2018), à crise de acumulação iniciada nos anos 1960 (Harvey, 2014). O neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de doutrinas/teorias político-econômicas pautado em ações como redução dos gastos governamentais com políticas de assistência social visando a chamada disciplina fiscal, imposição de reformas tributárias regressivas, desenvolvimento de políticas monetárias de juros altos, autonomia do banco central, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas e abertura comercial e liberdade de fluxos de capital (Cavalcanti, 2022).

E é nessa suposta necessária liberdade de fluxos de capital que surge a questão da autonomia dos bancos centrais nas economias capitalistas. Enquanto, durante a Era de Ouro do capitalismo (do pós-guerra até a década de 1970) a função destes estava na conciliação de baixas taxas de inflação com altas taxas de empregabilidade, com a ascensão do neoliberalismo, esta prioridade foi alterada. A autonomia dos bancos centrais passa a representar uma dissociação explícita dos interesses do capital ante os populares, visando somente a reprodução do capital em detrimento da fachada humanizada que o capital vinha adotando (Fardin; Justo; Dominczak, 2021)

Desta forma, é possível associar o surgimento do neoliberalismo com a necessidade de reestruturação do poder de classe via imposição à população trabalhadora de medidas

austeras, entendidos aqui como a alteração da atuação estatal na promoção de bem-estar social na direção de aberta, mas aparentemente despolitizada e justificada como técnica, atenção aos interesses do Capital, à semelhança do ocorrido no período entre guerras (Mattei, 2023).

Para Petras (1999) o neoliberalismo é uma estratégia econômica derivado dos interesses das corporações internacionais e que tem por objetivo a transferência de riqueza para cima e redução dos direitos da classe trabalhadoras conquistados no período do pós-guerras. Desta forma, sua origem está na crise do consenso keynesiano: com o acirramento dos conflitos de classe, colapso dos lucros, esgotamento do modelo taylorista e do estado de Bem-Estar social.

Diante deste contexto, cabe destacar o papel do espírito empreendedor, que de acordo com Ferraz (2019), apesar de não ser novo, reaparece, modificado em consonância com as necessidades da acumulação do capital. Isso pode ser exemplificado pelo que a autora demonstra por meio da alteração das características exigidas do agente empreendedor ao longo do tempo. Mas, para além disto, e do papel histórico do empreendedor como aquele capaz de possibilitar uma maior acumulação de riquezas via criação de novas condições de exploração da força de trabalho, no século XXI, aparece uma contradição especial quando da aplicação da mentalidade empreendedora à classe trabalhadora: ao mesmo tempo que se faz necessário internalizar o comportamento desejado para o capital, esta internalização acrítica leva ao aumento da submissão e da exploração do trabalhador.

Desta forma, o uso do discurso para legitimar o discurso empreendedor é de vital relevância. Melges (2022), que através da utilização da Análise Crítica do Discurso de Fairclough, por meio da crítica ao discurso, visa evidenciar quais os elementos estruturantes da precarização flexível, descobriu que existem estratégias discursivas que buscam legitimar, normalizar, dissimular (por uso de eufemismos e de deslocamentos semânticos) e fragmentar a ordem hegemônica, ao mesmo tempo que visam um expurgo do outro. Ou seja, a linguagem, representada neste caso especialmente pelo uso dos termos empreendedorismo, modernização e flexibilidade, aparece aqui como meio instrumental que viabiliza a implementação da ordem neoliberal, ordem esta que acaba se alastrando pelas mais variadas dimensões da vida social, mediante incorporação da lógica de mercado aos aspectos privados da vida social.

A incorporação dessa lógica de mercado também é percebida pela alteração da ação estatal. Fontes (2020) destaca que os Estados capitalistas têm vivenciado um movimento duplo, no qual há um componente de menor intervenção no domínio econômico, não mais

visando uma manutenção de altas taxas de emprego, mas apoiando o empresariado na criação de condições para que o desemprego e o empreendedorismo se tornem condições normais, disciplinando a classe trabalhadora a se contentar com essa situação. Ao mesmo tempo, reduz suas fontes de arrecadação derivadas de contribuições derivadas do assalariamento concomitantemente ao incremento da sua importância para a contenção de crises.

Todavia, cabe destacar a diferenciação do neoliberalismo ocorrido nos diferentes tipos de países. Enquanto nos países centrais do capitalismo, representados pela Europa Ocidental e os EUA, o neoliberalismo surgiu durante os anos 1970 (Harvey, 2014), como uma resposta à crise da rigidez do modelo fordista de acumulação, baseado em grandes déficits fiscais do governo estadunidense (Dos Santos, 2021), em enfraquecimento do proletariado local (Hobsbawn, 1998) e transferência de setores industriais de menor complexidade técnica para países periféricos do sistema (Smith, 2024)

Por outro lado, nos países periféricos, como por exemplo, o Brasil, o neoliberalismo se deu principalmente a partir dos anos 1990, foi pautada numa liberalização financeira e comercial e em privatizações, o que acarretou no sepultamento do desenvolvimento industrial atingido pelos países da região durante as décadas anteriores (Sawaya, 2022), constituindo um novo padrão de acumulação de capital baseado na exportação de produtos primários e de baixo processamento para o resto do mundo (Osório, 2012a & 2012b)

Retomando a temática do trabalho subordinado às plataformas, Oliveira (2022) aponta que o trabalho assalariado não é caracterizado como uma relação direta de subordinação de um trabalhador a um empregador, mas sim “pela condição da venda de força de trabalho como mercadoria, seja essa venda mediado pelo pagamento por jornada, peça ou serviço, seja inserida em diferentes setores da divisão social do trabalho que constituem a economia capitalista [...]” (p. 197). Então, a partir dessa constatação, é possível questionar quanto à veracidade da afirmação de que o trabalhador plataformizado é dono de si.

Além do mais, como apontam Casagrande, Zamora e Oviedo (2020), apesar de possuir uma liberdade enquanto ao tempo que estará disponível para o trabalho, o trabalhador uberizado não possui liberdade quanto a realização do trabalho em si, já que não tem capacidade de escolha entre locais, pessoas, tarifas ou demais variáveis. A plataforma controla estes critérios, ao mesmo tempo que garante que o trabalhador não rejeite muitas das corridas a ele ofertadas, já que tal conduta ocasiona na perda de pontos

dentro da plataforma, o que pode levar a uma redução da oferta futura de corridas e até mesmo a um desligamento do trabalhador.

A plataformização é resultado de um processo de eliminação de direitos, aliado à estruturação de cadeias produtivas globais, enquanto a uberização é tida como um passo além dela, fazendo referência principalmente ao modelo de trabalho desenvolvido nas plataformas como a Uber, daí o nome do fenômeno (Abílio, 2019). Apesar dessa diferenciação, mais em grau do que em natureza, ao longo desta pesquisa será considerado que os termos uberização e plataformização são sinônimos, tendo em vista as semelhanças causais dos dois fenômenos: os dois exprimem de reestruturação do trabalho, assim como um processo de total subjugação do trabalhador ao trabalho flexível, ao trabalho sob demanda, cada vez menos provido de direitos e subsumido às tecnologias digitais de controle e vigilância intensiva do processo de trabalho (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Entretanto, faz-se necessário mencionar que o Brasil é uma economia dependente e, por conta disto, é importante destacar que, dada a presença do mecanismo de superexploração da força de trabalho (Marini, 2022), direitos trabalhistas e boa remuneração, a semelhança do que ocorreu nos Estados de Bem-Estar da Europa e dos EUA na segunda metade do século XX só foram realidade para uma pequena parcela de trabalhadores associados ao capital internacional nos setores industriais, situação ainda parcialmente vivenciada no País (Formagi *et al*, 2012).

Esta condição de dependência leva a uma “agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada” (Bambirra, 2019, p. 217). Isto significa que a precarização da força de trabalho, assim como o baixo nível salarial vigente, além dos flagelos associados à violência urbana são componentes derivados e essenciais da modalidade de reprodução do capital desenvolvido no País (Osorio, 2012b).

Neste sentido, a dependência deve ser entendida de acordo com a exposição de Luce (2018): como uma síntese de múltiplas determinações e determinante de leis e tendências características. Desta forma, depreende-se que as formas socioeconômicas surgidas numa economia dependente, como a brasileira, assim como os mecanismos de superexploração da força de trabalho e de transferência de valor como intercâmbio desigual devem ser entendidas como formas particulares das leis gerais de funcionamento do capitalismo.

Considerando o contexto de dependência da economia Brasileira, torna-se de suma importância destacar o papel vil desempenhado pela Reforma Trabalhista brasileira de

2017. Ao legitimar o já destacado princípio do negociado sobre o legislado, reduzir o papel dos já débeis sindicatos e enfraquecer a ação do Estado por meio da Justiça do Trabalho, destacam Diligenti e Araujo (2019), que há um aprofundamento da superexploração da força de trabalho associado a um movimento de retorno a um perfil econômico agromineiro-exportador, com retenção de direitos sociais e submissão à barbárie do capital.

Estudar os trabalhadores de aplicativos entregadores de alimentos se associa à cadeia do agronegócio a partir da constatação de que “a esfera da produção não se efetiva sem a circulação” (Antunes, 2023b, p. 16). Ou seja, não há como compreender a produção de mercadorias desenvolvida na cadeia da agroindústria sem que se considere a circulação, o meio pelo qual as mercadorias produzidas chegam ao seu consumidor final.

Para além da necessidade de apreender os distintos circuitos do capital, faz-se necessário estudar a situação dos trabalhadores precarizados e uberizados tendo em vista que esta é uma parcela crescente e relativamente nova da população trabalhadora (Filgueiras & Dutra, 2023). Portanto, esta pesquisa é relevante por auxiliar na compreensão do fenômeno da precarização aliada à uberização ao mesmo tempo que é inovativa por focar no estudo de trabalhadores localizados fora do sudeste do país, onde as pesquisas sobre este objeto parecem ser centradas.

Por fim, o reconhecimento de uma categoria de trabalhador, os trabalhadores autônomos, como movimento integrante da plataformização, como o indicado pela PLC 12/2024 (Brasil, 2024) pode ser entendido como um primeiro passo para a extinção dos direitos do trabalho no Brasil (Hiessl *et al*, 2024), o que ameaça a classe trabalhadora nacional em sua totalidade. Dessa forma, a uberização do trabalho e suas consequências são de relevância para todos aqueles que trabalham ou pretendem trabalhar no Brasil.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por questão motivadora “É possível identificar a plataformização do trabalho como uma nova forma de intensificação da categoria de superexploração?”. Como questões auxiliares a esta, é possível indicar: qual o perfil do trabalhador plataformizado? Qual a duração da jornada normal destes trabalhadores? Qual a remuneração deles em relação ao salário-mínimo necessário? Qual o nível de endividamento para a aquisição dos meios de realização do trabalho por aplicativos? Quais são os principais riscos sofridos por esses trabalhadores?

Portanto, o objetivo aqui desenvolvido é o de apreender o fenômeno da plataformização do trabalho, no contexto da economia dependente brasileira, por meio da

utilização das categorias empregadas por Luce (2018). Para a resposta da pergunta de pesquisa e com a finalidade de atingir o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos:

- I. Compreender se o fenômeno da plataformização do trabalho pode ser considerado como um meio de intensificação da superexploração da força de trabalho;
- II. Examinar as condições de trabalho dos trabalhadores plataformizados entrevistados em relação com as condições normais da classe trabalhadora no Brasil, em especial em Campo Grande;
- III. Verificar a adequação e a validade das categorias da Teoria Marxista da Dependência no contexto da plataformização do trabalho;

Destaca-se aqui que, por meio de um breve levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em outubro de 2025, usando como palavra-chave o termo “Teoria Marxista da Dependência” retornou somente 169 trabalhos, sendo destes 104 dissertações e 48 teses. Entretanto, 52% destes (89) foram publicados entre 2020 e 2025, o que destaca o potencial deste trabalho para uma retomada da Teoria Marxista da Dependência na pós-graduação. Ainda, destes 169 trabalhos, há um na área de Administração e nenhum publicado por discentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sendo este o primeiro a sê-lo, o que aponta um certo pioneirismo em relação à temática neste centro de pesquisas.

Por fim, este é um trabalho que propicia a elaboração de políticas públicas voltadas não somente para os trabalhadores de aplicativos de entregas de alimentos, mas para todos os trabalhadores informais, cujas vinculações trabalhistas não são reconhecidas e, por este motivo, encontram-se sujeitos à vulnerabilidade social, abusos patronais, ganhos incapazes de prover uma condição digna de existência e jornadas extenuantes. Demonstrar a situação precária de trabalho dos entrevistados, apontar um problema real e concreto, é o primeiro passo para mudar a realidade social que permite que essas e outras mazelas continuem existindo.

Este trabalho está dividido de acordo com a seguinte estruturação: esta introdução, contendo a apresentação da temática, justificativa, problema e objetivos da pesquisa. No segundo item são indicados os procedimentos metodológicos a serem seguidos. No terceiro item está contida a fundamentação teórica que guia esta pesquisa. No quarto, está uma caracterização do mercado de trabalho campo grandense. O quinto item contém os resultados da investigação. Depois, estão as considerações finais da pesquisa. Na

sequência são dadas as referências utilizadas para a construção do presente documento e nos anexos estão o roteiro das entrevistas utilizado e o termo de compromisso.

2. Método, tipologia e procedimentos metodológicos

Como apresentado na introdução, objetivo geral da pesquisa foi apreender o fenômeno da Plataformização, intentando identificar o fenômeno da plataformização do trabalho como uma nova forma de implementação da categoria de superexploração do trabalho. Ou seja, tendo em vista a conceituação da superexploração da força de trabalho e as características do trabalho por aplicativos, pode-se considerar que o trabalho sob plataformas é superexplorado?

Quanto aos objetivos metodológicos desta pesquisa, esta será uma pesquisa exploratória, pois tem como principal intuito o desenvolvimento de um conceito ou ideia (Gil, 2008), sendo a ideia a ser desenvolvida a relação entre a plataformização e a superexploração da força de trabalho no contexto dos motoentregadores plataformizados da cidade de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul. Ainda, para fins de uma outra definição, de acordo com Severino (2013), este é um tipo de pesquisa que procura levantar informações sobre um determinado objeto, de modo a delimitar um campo trabalho, o que proporcionará uma forma de mapear as condições sobre as quais esse objeto se manifesta.

Em relação à epistemologia da pesquisa, sendo a epistemologia entendida como a “discussão sobre a produção de conhecimento, em termos de sua superficialidade ou profundidade, aparência e/ou essência, forma e/ou conteúdo, singularidade ou universalidade, primazia do real ou da ideia. (Faria, 2022, p.15), esta se enquadrará no materialismo dialético (Engels, 2023b), tendo em vista que se entende que tanto o concreto é entendido como síntese de muitas determinações e deve ser tido como ponto de chegada, mas uma chegada tendo o próprio concreto como ponto de partida (Marx, 2021a), quanto de que as relações sociais de produção determinam as relações sociais dos indivíduos entre si e a forma de apropriação do trabalho criado socialmente (Marx & Engels, 2023). Portanto, o método aqui empregado pode ser explicado conforme o trecho:

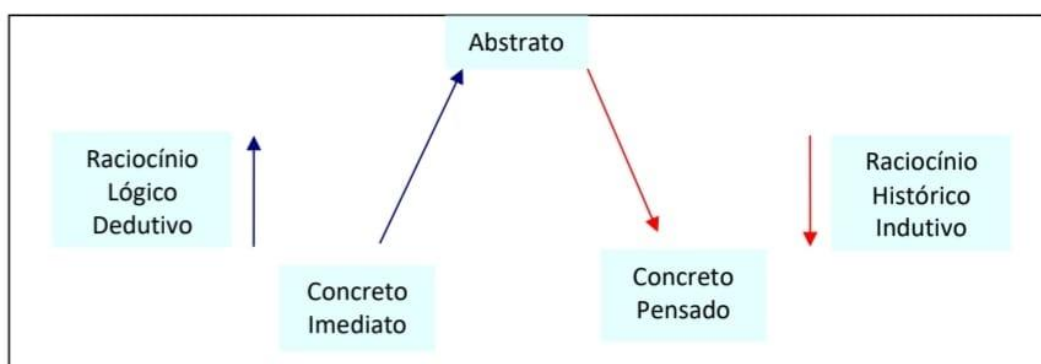
Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo e, portanto, no caso da economia, por exemplo começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. Por exemplo, trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O

capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma abstração caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado chegaria a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (Marx, 2021a, p. 54)

Parafraseando Netto (2020): O método criado por Marx, o materialismo histórico, foi desenvolvido para compreender a lógica do capital, se distanciando das demais metodologias científicas comuns na academia, por sua abordagem de impossibilidade de autonomização do método ante a pesquisa concreta e do pesquisador ante o objeto.

Uma ilustração-resumo do processo metodológico desenvolvido por Marx e indicado na citação anterior é dada por Benini, Nascimento e Oliveira (2016) e pode ser visualizado na Figura 1 a seguir. Esses autores ainda destacam que a inovação do método marxiano está em “fazer uma síntese não apenas de elementos do materialismo com elementos do idealismo, mas também entre elementos do método dedutivo de Descartes e o indutivo de Bacon, não obstante a singularidade apresentada por Marx do que seria o sentido lógico e o histórico.” (p.40).

Imagem 1: O método dialético desenvolvido por Marx



FONTE: Elaborado pelos autores.

Fonte: Benini, Nascimento e Oliveira (2016)

Por fim, entende-se também que sob estas mesmas relações de produção estão assentadas todas as demais relações políticas, jurídicas e religiosas de uma determinada sociedade. Nas palavras de Marx (2008, p. 47):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

Por fim, a natureza desta pesquisa poderá ser determinada como qualitativa, tendo em vista que não se pretende numerar ou medir unidades, mas sim, busca-se entender a natureza, de forma detalhada, de um fenômeno social (Richardson, 2002): a superexploração dos trabalhadores uberizados no estado do Mato Grosso do Sul. Apesar da utilização de dados numéricos para dar suporte aos argumentos propostos, destaca-se a prevalência do critério qualitativo da pesquisa.

2.1 Procedimentos de coleta de dados

A coleta dos dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, tendo em vista que essa é uma técnica capaz de proporcionar flexibilidade ao entrevistador e espontaneidade das respostas por parte do entrevistado (Botelho & Cruz, 2013). As citadas entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2024, tendo por público-alvo os entregadores de alimentos de plataformizados na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Ao total, foram realizadas 22 entrevistas.

É importante deixar claro que este trabalho não procura ter representatividade estatística, e, por isso, as entrevistas foram interrompidas quando do aparecimento de muitas respostas iguais para diversas perguntas que compuseram o roteiro de entrevistas e quando não foi mais possível encontrar trabalhadores dispostos a participar da pesquisa.

Por outro lado, os dados referentes à duração legal da jornada de trabalho no Brasil, assim como o salário-mínimo necessário, por se tratar de dados secundários, serão

obtidos do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e do *site* do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Ainda são utilizados dados para os valores nominais do salário-mínimo brasileiro (Brasil, 2023) e do salário médio nacional para o período de investigação fornecido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IPEA, 2024) Podem ser adicionadas considerações referentes ao Projeto de Lei Complementar 12/2024 (Brasil, 2024), conhecida como PL dos Apps e seu possível efeito sobre a superexploração, na possibilidade de sua aprovação.

Portanto, além do uso das entrevistas, a pesquisa se baseará em uma pesquisa documental (Marconi & Lakatos, 2005), tendo em vista que se utilizará de documentos escritos pelo meio dos quais serão obtidas tanto as fontes estatísticas necessárias, quanto as publicações parlamentares e a Constituição Federal.

Algumas das principais informações da pesquisa são:

- O questionário utilizado como roteiro para a realização das entrevistas, intitulado “Pesquisa “Entregadores de mercadorias de plataformas digitais na América Latina: Implicações para as dinâmicas laborais”” é composto por questões abertas e fechadas, e dividido em 9 partes, sendo elas: 1- Perfil Sociodemográfico, 2- Condições de ingresso no trabalho por aplicativos, 3- Formas de Inserção no trabalho por aplicativos, 4- Rendimento Líquido, 5- Jornada de trabalho, 6- condições estabelecidas pelas empresas de aplicativos, 7- Dia-a-dia do trabalho, na percepção dos entregadores, 8- Os conflitos no cotidiano do trabalho por aplicativos e as formas de ação coletiva, 9- Percepções dos/as entregadores/ as sobre seu trabalho e sobre si próprios. O questionário está disponível no Anexo II deste trabalho. O anexo I é uma cópia do termo de compromisso de participação na pesquisa.
- Num primeiro momento, foi optado por abordar os motoentregadores enquanto esperavam por pedidos na Praça do Rádio, área central da cidade de Campo Grande. Portanto, nesta etapa os entrevistados foram escolhidos conforme foram sendo identificados na Praça e se aceitaram participar da entrevista;
- Tendo em vista a baixa taxa de sucesso dos convites para participação, foi decidido por elaborar um *flyer* contendo as principais informações da pesquisa, em linguagem acessível, sendo este distribuído em grupos de

Facebook e *Whatsapp* de entregadores. A estratégia de escolha dos entrevistados foi, dessa forma, alterada. De abordagens diretas aos trabalhadores na Praça, eles passaram a entrar em contato com a equipe para participar da pesquisa;

- Após a divulgação do *flyer*, e com a realização de algumas entrevistas, os pesquisadores pediram indicação dos motoentregadores participantes, de modo que as entrevistas não tiveram uma amostragem aleatória, mas sim uma baseada em abordagem direta nos locais de espera, divulgação de *flyer* da pesquisa e indicação;
- A partir disto, as entrevistas passaram a ser feitas sob hora marcada, de modo presencial, com as entrevistas tendo ocorrido na Praça do Rádio, local inicial de busca por participantes, ou na Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e na modalidade virtual, utilizando da plataforma *Google Meet*;
- Foram gravados áudios das entrevistas e foram realizadas transcrições destes áudios, utilizando do *software* Transkriptor;
- Todas as respostas foram tabuladas via *Google Forms*.

Os dados referentes às outras capitais utilizadas nesta pesquisa são secundários, com as entrevistas tendo sido feitas pelas equipes locais e obtidas via armazenamento no *drive* compartilhado da pesquisa.

2.2 Procedimentos de análise e interpretação dos dados

A interpretação dos dados será feita de acordo com os preceitos da Teoria Marxista da Dependência, ou seja, partindo da teoria do valor de Marx (2017a, 2018) e da teoria do Imperialismo de Lenin (2023). Mas, mais que isso, entendo a superexploração da força de trabalho como um mecanismo fundamental e sistêmico nas economias dependentes, tais como o Brasil, além de uma forma de violação da lei do valor, sendo identificada por meio dos principais mecanismos identificados por Marini (2022).

Os dados foram analisados de forma descritiva, de modo a replicar o desenvolvido por Luce (2018) para diversos setores da economia da região metropolitana de São Paulo, mas para o contexto dos entregadores de alimentos submetidos à plataformação laboral

em algumas capitais do Brasil. A finalidade aqui desenvolvida é a de apresentar dados quantitativos como modo auxiliar à descrição da realidade apresentada na teoria (Chimini, 2024). Ou seja, os dados vêm aqui auxiliar na compreensão da realidade social descrita teoricamente, embasando-a e ao mesmo tempo permitindo que ela seja melhor adaptada à realidade social, num movimento dialético de observação-elaboração teórica da realidade.

Para tanto, como dito acima, serão utilizadas as categorias exploradas por Luce (2018). Este autor parte das 4 formas da superexploração da força de trabalho: pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais, aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais e hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração e os analisa separadamente a fim de determinar a superexploração dos trabalhadores brasileiros. Em relação ao primeiro elemento, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, é comparada a série histórica do salário-mínimo nacional com o salário-mínimo necessário determinado pelo Dieese. Quando o primeiro é inferior ao segundo, há uma situação de venda da força de trabalho abaixo de seu valor.

Em relação ao prolongamento da jornada além dos limites normais, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) determina uma jornada de 40 horas semanais, de modo que este é padrão considerado normal. Caso se observe que os trabalhadores possuem jornadas semanais acima desse padrão, tem-se uma situação de prolongamento da jornada além dos limites normais. O aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais é indicado por uma grande ocorrência de acidentes de trabalho e doenças laborais, sendo indicado de forma mais indireta que as duas primeiras formas da superexploração.

Por fim, quanto ao hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração, este é entendido através da constatação que o avanço das forças produtivas no sistema capitalista leva ao surgimento de novos bens de consumo, com alguns desses se tornando necessidades para a reprodução da força de trabalho, como geladeiras, televisões, celulares, automóveis, e que, portanto, devem ser incorporados ao valor da força de trabalho. Todavia, quando, para acessar ao consumo de tais bens, há necessidade de endividamento ou maior carga de trabalho, existe uma situação de alteração do elemento histórico-moral sem acompanhamento da remuneração. Essa última forma será entendida como configuração do financiamento do veículo do

entregador, já que esta é a questão que mais determina tal situação no roteiro de entrevistas.

Desta forma, aqui serão analisados principalmente os dados de remuneração obtida no trabalho com aplicativos, em relação ao salário-mínimo necessário, dados sobre a duração da jornada dos trabalhadores entrevistados, em relação à jornada legal, a ocorrência de acidentes e a condição de endividamento.

Portanto, a análise dos dados coletados via entrevista dado de forma descritiva, entendendo esta técnica como o cálculo de algumas medidas de posição e variabilidade, podendo dispor de técnicas gráficas (Morettin & Bussab, 2017), e comparativa, onde os dados coletados via entrevista serão confrontados com os dados das fontes secundárias.

Então, por meio da análise da remuneração dos trabalhadores, torna-se possível identificar, quando da observação e confronto das remunerações obtidas com os dados do Dieese, se estes são remunerados abaixo de seu valor ou não. Quanto à duração da jornada de trabalho, sendo identificado que essas são superiores à determinação legal, é possível afirmar que há utilização de um mecanismo de apropriação de mais valor via incremento de mais-valia absoluta. A utilização do mecanismo da mais-valia relativa poderá ser observada pelo volume de pedidos entregue pelos trabalhadores. Se estes apresentam uma quantidade muito elevada de pedidos por hora, com pouco tempo para a realização de cada entrega, é possível argumentar que há implementação de mais-valia relativa. Vale destacar que não é necessário que os três mecanismos ocorram ao mesmo tempo para que seja identificada a superexploração, como indicado por Marini (2022). Em relação aos acidentes, indicativo de intensificação da jornada, são apresentados os números absolutos de ocorrências. Por fim, a situação de endividamento para a realização da atividade laboral, entendida aqui como endividamento com o veículo, é tido como uma *proxy* para o hiato entre o elemento histórico-moral da força de trabalho.

3. O trabalho na história: assalariamento, superexploração e plataformização

Tendo em vista a apresentação do objeto de estudo e da pesquisa, assim como as orientações epistêmicas e estratégias de pesquisa e aproximação dos sujeitos pesquisados, a presente seção busca apresentar de forma resumida o processo histórico-econômico de transformação da classe trabalhadora compreendido entre os séculos XIX e XX. Ou seja, uma apresentação de quem é o proletariado clássico, que experienciou a formação social capitalista em sua fase industrial-financeira, percorrendo o Breve Século XX (Hobsbawn, 1998), os efeitos da financeirização-neoliberalizante sobre a classe trabalhadora, as peculiaridades as quais este grupo está submetido quando da realização da atividade laboral numa economia dependente, e, por fim, já no século XXI, os fenômenos da uberização e da plataformização.

Para tanto, busca-se responder, em cada um dos tópicos discorridos no parágrafo anterior, as seguintes indagações: Quem era o proletariado? Como surgiu? Por que é um explorado? Como se dá essa exploração? O que é uma economia dependente? Por que a exploração da força trabalho numa economia dependente é diferenciada? Quais são esses diferenciais? Como determinar a condição de dependência? Como o trabalho mudou no século XX? Quem era o proletário no século XX? Quais as mudanças introduzidas pelo neoliberalismo? E pela Globalização? Uberização/ Plataformização: o que são? Quando surgiram? O que representa para o trabalhador? O trabalhador plataformizado é realmente dotado de autonomia?

3.1 Breves considerações sobre o trabalho assalariado

O proletariado é a classe social que obtém seus meios de subsistência exclusivamente da venda de seu trabalho, sem se beneficiar de qualquer lucro extraído de qualquer capital. É a classe cuja felicidade e dor, vida e morte e completa existência dependem da procura de trabalho, ou seja, da alternância de bons e maus períodos dos negócios, das flutuações da competição desenfreada. Em poucas palavras, o proletariado, ou a classe proletária, é a classe trabalhadora do século XIX. (Engels, 2021, p. 235)

Esta citação de Engels aponta de forma incapaz de gerar confusões quem é o proletário no século XIX: uma pessoa que sobrevive somente da venda de sua capacidade de trabalho (no texto identificada como “venda de trabalho”, que será substituída pela

expressão força ou capacidade de trabalho em trabalhos futuros, dada da imaturidade intelectual do autor no momento da escrita) e cuja fortuna está completamente associada a capacidade de conseguir vender esta capacidade de trabalho e às flutuações no nível de remuneração desta venda.

Vale destacar aqui a definição de força de trabalho dada por Marx, para fins de esclarecimento: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (Marx, 2017, p. 197). Portanto, a força de trabalho é a capacidade humana de se empenhar em uma atividade produtora de um valor de uso.

O valor de uso, por sua vez, “um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma) (Marx, 2017a, p. 214) e “não tem valor senão para o uso, e não adquire realidade senão no processo de consumo” (Marx, 2008, p. 52). Ou seja, o valor de uso é uma característica concreta dos objetos e está associado à sua finalidade, à sua capacidade de satisfazer necessidades.

Neste trecho da obra de Engels também é possível depreender que a confusão que se faz quanto à caracterização do proletário como apenas o trabalhador fabril é infundada. Como “classe social que obtêm seus meios de subsistência exclusivamente da venda de seu trabalho”, sem nenhum adjetivo associado (ex: proletário-fabril), tem-se que o proletário se encontra vendendo sua capacidade de trabalho na agricultura, no setor fabril ou até mesmo no setor de serviços, onde quer que haja necessidade de trabalho, mantendo sua condição de proletário.

Mas como este grupo surgiu? Tendo em vista que “Sempre houve classes pobres e trabalhadoras. E as classes trabalhadoras sempre foram principalmente pobres. No entanto, trabalhadores e pobres, vivendo nas condições acima assinaladas, nem sempre existiram” (ibidem). Ou seja, o proletariado é fruto de um período histórico definido, delineado por um conjunto de características que, somente conjuntas o determinam, a venda de sua capacidade de trabalho como fonte única de acesso aos meios de subsistência.

A criação do proletariado é indissociável do nascimento do capitalismo e tem como marco a dissolução da sociedade feudal europeia, compreendida entre os séculos XV e XVI, processo conhecido na economia política como Acumulação Primitiva. Marx aponta que

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (Marx, 2018, p. 836)

Desse trecho podemos depreender duas informações: a primeira é a de que o fim da servidão, assim como a da propriedade comunal, tem como principal consequência a criação do trabalhador assalariado, aquele que precisa vender a si mesmo para garantir suas condições de existência, já que as garantias da sociedade feudal lhe foram arrancadas.

A segunda é a de que este trabalhador passa a ser livre. Contudo, livre tem duas significações distintas. Livre das obrigações e direitos servis, deixando de ser componente dos meios de produção e de estar associado à terra, mas, mais importante para o raciocínio aqui desenvolvido, livre da propriedade dos meios de produção, da terra e dos instrumentos necessários para a realização do trabalho. Com isso, o trabalhador despossuído passa a ter necessidade de se sujeitar à venda de sua capacidade laboral visando a sobrevivência, ele se torna proletário.

É por meio desse processo que é iniciada a exploração capitalista, onde trabalhadores devem se defrontar com capitalistas, detentores dos meios de produção expropriados dos trabalhadores, para que estes últimos possam vender sua força de trabalho e para que os burgueses possam empenhar esta força em atividades capazes de gerar um lucro (Marx, 2018). Este lucro é, para a economia vulgar, entendido como a recompensa, a renda gerada pela utilização dos meios de produção; é derivada da posse destes, o que mais adiante será demonstrado como uma falácia.

Portanto, é possível expandir a definição de Engels de quem é o proletário. O proletário é aquele trabalhador que, por não ter propriedade dos meios de produção necessários para o trabalho, que tem como fim último a manutenção de sua vida, passa a vender a si mesmo, ou melhor a sua capacidade de trabalho para quem possui estes meios, de forma a obter um salário que permita a aquisição dos meios materiais necessários à sua subsistência. E, por não possuir os meios de produção, é dada a situação de exclusividade da venda de sua força de trabalho para a aquisição dos meios materiais necessários para viver.

Dada a identificação de quem é o proletariado no século XIX, surge o questionamento: por que esta é uma categoria tão relevante dentro da tradição marxista? No capítulo V de *O capital* (Marx, 2017), é estabelecida a razão dessa importância: o durante o trabalho há uma intermediação entre o homem e a natureza, fonte dos objetos sobre os quais se realizam o trabalho, assim como os objetos que proporcionam o trabalho, transformando-a em objetos que podem ser úteis, ao mesmo tempo que transforma a si mesmo.

Portanto, é durante o processo de trabalho que o homem se apropria dos elementos fornecidos pela natureza, para criar coisas capazes de satisfazer necessidades. Sua centralidade dentro do marxismo está na sua característica de imprescindível à criação de condições para a vida humana.

Entretanto, dentro da sociedade capitalista, onde já houve uma separação entre a posse dos instrumentos de trabalho e a realização do trabalho, onde quem realiza o trabalho não é o dono desses instrumentos por meio do qual o trabalho é realizado, ocorre uma peculiaridade de suma importância: o produto criado ao final do processo produtivo é de propriedade do capitalista, do dono dos meios de produção, não do trabalhador que atuou efetivamente na confecção do bem, tendo em vista que, como os instrumentos de realização do trabalho, assim como as matérias-primas e a força de trabalho comprada e consumida durante a jornada de trabalho são de sua propriedade, dele também é o produto. Para Marx, “o processo de trabalho é apenas o consumo de mercadorias que comprou, [...]entre coisas que lhe pertencem.” (Marx, 2017a, p. 219).

Dessa situação peculiar, tem-se que a produção de mercadorias é orientada para dois fins. O primeiro deles é a produção de um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, uma coisa dotada da capacidade de atender a algum tipo de necessidade e que pode ser vendida. O segundo objetivo é a produção de um bem com mais valor do que o total empregado na sua produção, um bem dotado de mais-valor.

Este mais-valor é incorporado ao objeto através da realização de trabalho sobre ele. Trabalho este realizado sob condições especiais.

O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção cotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor de troca. (Marx, 2017, p. 222)

Antes de apontar as implicações deste trecho, faz-se necessária uma definição de valor. “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (Marx, 2017a, p. 61), sendo este tempo de trabalho socialmente necessário o tempo de trabalho essencial para a produção de uma coisa qualquer, um valor de uso qualquer. O tempo necessário varia de acordo com a intensidade do trabalho, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, cada valor de uso específico possui um valor próprio. Valor que se altera conforme as condições de produção de uma mercadoria.

Dito isso, retornando ao excerto, é possível compreender que, para Marx, a base da exploração do trabalhador está situada neste diferencial entre a quantidade de horas trabalhadas durante a jornada de trabalho, e consequentemente a capacidade de incorporação de valor à produção, e o montante de horas necessárias para a manutenção da capacidade produtiva do trabalhador, seu valor. Como esta segunda quantia é sempre menor que a primeira, é possível constatar que o fim último da produção de mercadorias não é a produção em si, mas a produção de mais-valor, deste valor resultante da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor incorporado aos produtos durante a jornada.

Esse valor residual, o mais-valor, do ponto de vista do comprador da força de trabalho, deve ser o maior possível, tendo em vista que este é um valor do qual se apropria, mas que por ele não paga. Desta forma, são criados mecanismos para que esse valor seja cada vez maior, sendo estes mecanismos denominados mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

De modo resumido, Engels (2023, p. 45) aponta que “O mais-valor produzido pelo prolongamento da jornada de trabalho é mais-valor absoluto; o mais-valor produzido pela redução do tempo de trabalho necessário é mais-valor relativo”. Ou seja, quando se aumenta a jornada de trabalho, tornando maior a diferença entre o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho e o tempo total da jornada, tem-se mais-valor absoluto. Por outro lado, quando há redução do tempo necessário, tanto pela incorporação de progresso técnico (maior produtividade) quanto por rebaixamento do valor da força de trabalho, há mais-valor relativo.

Como consequência desse processo de criação do proletariado, um trabalhador despossuído dos meios de realização de seu trabalho, dos frutos do seu trabalho e crescentemente explorado, com a exploração aqui sendo entendida como o processo de apropriação de mais-valor (Heinrich, 2024), há o surgimento do homem alienado.

Marx (2021b) apresenta quatro meios pelos quais se dá a alienação do homem, sendo eles a alienação em relação à natureza (por meio da qual o homem se encontra separado da natureza e dos frutos do seu trabalho), em relação a si mesmo, como produtor de sua atividade vital (a partir do momento em que sua atividade vital é realizada de forma coercitiva, há autoestranhamento), de seu gênero como humano (o estranhamento de sua atividade vital leva ao estranhamento do homem como ser genérico de sua espécie) e dos demais seres humanos (como consequência das formas anteriores pelas quais se dão a alienação, surge o homem como inimigo- se o fruto de seu trabalho não lhe pertence, se a atividade vital é tida como algo externa, o fruto do trabalho aparece como pertencente a alguém que não é o trabalhador, mas outro homem fora o trabalhador).

Partindo da premissa de que o trabalho, com atividade determinante ontológica da espécie humana, é uma mediação de primeiro grau entre a humanidade e a natureza, essa mediação aparece como deliberativa da primeira forma de alienação. Por outro lado, as mediações atuantes sobre esta mediação básica, chamadas por Mészáros (2023) de mediações de segundo grau, são determinantes das demais formas de alienação. A atenção para o segundo tipo de mediação é importante tendo em vista que estas dependem do tipo de sociabilidade sob as quais se está inserido.

A forma de propriedade e de divisão do trabalho são algumas mediações de segundo grau, o que determina o caráter do trabalho numa determinada sociedade. Mas, para além disso, influencia também na criação de uma subjetividade que conforma essas determinações, como apontam Benini e Benini (2010):

Dessa forma, a propriedade privada, uma espécie de “mediação da mediação” é um meio de alienação, independente das diferentes manifestações de subjetividade dos partícipes, uma vez que condiciona o trabalhador e sua potencialidade a funções estritamente determinadas pela lógica da acumulação, pela expropriação de mais-trabalho, pela vontade do comprador da força de trabalho, o que o impede de realizar sua atividade (p.612)

A alienação, ou melhor a superação da alienação é tida para Mészáros como o núcleo estruturante do sistema marxista, de forma que sua compreensão é de vital relevância dentro da crítica da economia política. Este autor a resume como:

A alienação, por conseguinte, é caracterizada pela extensão universal da “venalidade” (isto é a **transformação de tudo em mercadoria**); **pela conversão dos seres humanos em “coisas”, de modo que possam se apresentar como mercadorias no mercado** (em outras

palavras, a “reificação” das relações humanas); **e pela fragmentação do organismo social em “indivíduos isolados” que buscam seus próprios objetivos limitados**, particulares “na servidão da necessidade egoísta”, **transformando em virtude o seu egocentrismo** no culto que prestam à privacidade. (Mészáros, 2023, p. 40, grifos da autora)

Portanto, para além do caráter oculto e exploratório do trabalho realizado dentro dos limites estabelecidos pelo capitalismo, há de se considerar seu caráter alienante e desumanizante como frutos das “condições fundamentais do modo de produção burguês, e de modo nenhum contingências que lhe são indiferentes” (Marx, 2021a, p. 706). Vale destacar que os dois primeiros aspectos da alienação, do homem em relação à natureza e em relação à sua atividade vital, são os mais relevantes para a presente pesquisa.

Outro ponto dotado de relevância para o presente estudo está no caráter limitado e parcial que o trabalho assume com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Como explicitado anteriormente, o capitalismo implica uma separação entre a posse dos instrumentos de trabalho e do produto do trabalho dos produtores diretos. Mas, para além disso, a produção capitalista pressupõe uma grande quantidade de trabalhadores exercendo suas atividades juntos, sob o comando de um mesmo capital, criando uma força produtiva coletiva, por meio da qual cada trabalhador produz mais do que se exercesse sua função de forma autônoma e isolada (Marx, 2017a).

Esta nova força produtiva coletiva é dada pela cooperação, “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (Marx, 2017a, p. 380). Num primeiro momento, essa cooperação é dada de forma simples, com cada trabalhador fazendo o mesmo tipo de trabalho que os demais. Entretanto, essa cooperação simples, de execução da mesma atividade por diversos trabalhadores que detém total conhecimento das técnicas de produção da mercadoria como um todo é metamorfoseado com o nascimento da manufatura.

Nas manufaturas, cada produto deve ser trabalhado por diversos trabalhadores de ofícios diferentes, de modo que nenhum destes trabalhadores é mais capaz de produzir um objeto em sua integridade. O trabalho é dividido sistematicamente dentro das manufaturas, de modo que cada trabalhador passa a exigir uma mesma tarefa parcial.

Nas palavras de Marx

O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas nesses trabalhadores parciais, limitados. Por isso,

produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. Também aperfeiçoa-se o método do trabalho parcial, depois que este se torna função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração nela da atenção do trabalhador ensinam-no, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de esforço (Marx, 2017a, p. 394).

E continua “Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro” (p. 388)

Como consequência dessa subordinação de um grande número de trabalhadores, Marx aponta que

Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige, com maior ou menor intensidade, uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados (Marx, 2017a, p. 384)

Ou seja, a necessidade imanente do capital em centralizar os instrumentos de trabalho e os trabalhadores num mesmo local de produção e sobre o comando de um mesmo capital, leva necessidade de criação de um trabalho de supervisão, a um trabalho hierarquizado. Mas, mais que isso, este trabalho de supervisão “se destina a explorar um processo de trabalho social e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria prima de sua exploração” (Marx, 2017a, p. 384).

É neste fenômeno, iniciado com o trabalho de supervisão, exercido inicialmente pelo capitalista, dada a sua situação de proprietário dos meios de produção e da força de trabalho durante a sua contratação e, posteriormente pelo surgimento dos ofícios dos supervisores, gestores e administradores, e que vai culminar na separação entre a execução e a concepção do trabalho, que está a gênese da administração moderna, a chamada gerência científica, cujo expoente principal está na figura de Taylor.

Braverman (1981) aponta que o taylorismo pertence a uma longa cadeia de desenvolvimento dos métodos de organização do trabalho, iniciada com o surgimento da contabilidade florentina, dos meios de organização das atividades de exploração colonial, da degradação dos ofícios artesanais e da ascensão da indústria moderna durante a Revolução Industrial. Todavia, Taylor teria focado especialmente na organização dos

processos e no controle sobre o trabalho, visando a melhor adaptação do trabalho às necessidades do capital, ou seja, crescente necessidade de extração de mais-valor.

Neste sentido, a importância de Taylor para a gestão do trabalho está no fato de que este “elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como *uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado*” (Braverman, 1981, p.86, *itálicos do autor*). Então, a suposta cientificidade do método de Taylor não é o ponto principal, mas a sua capacidade de impor disciplina aos trabalhadores por meio do controle sobre o processo de trabalho quando da utilização da gerência para definir o que, quando e como deve ser feito, ou seja, estabelecimento de um “controle das *decisões que são tomadas no curso do trabalho*” (p. 98, *itálicos do autor*), efetivamente separando a concepção do processo de trabalho do agente real de realização deste trabalho.

Ainda segundo Braverman:

O propósito do estudo do trabalho nunca era, em sua mente, robustecer a capacidade do trabalhador ou concentrar no trabalhador uma parcela maior do conhecimento científico, ou mesmo assegurar que, à medida que a técnica aumentasse, o trabalhador também se elevasse com ela. Antes, o objetivo era baratear o trabalhador ao diminuir seu preparo e aumentando sua produção” (p. 107).

Portanto, para Braverman a gerência científica, o taylorismo, teria surgido para garantir que os trabalhadores se tornassem trabalhadores indiferenciados, limitados a uma única tarefa básica, mas facilmente adaptáveis dada a facilidade de aprender uma nova atividade parcial e repetitiva. Isso com o objetivo de subjugar o trabalho à gerência, visando uma redução dos custos com o trabalho, já que o perfil de trabalhador desenvolvido a partir da aplicação dos preceitos da gerência científica não conta com os custos de sua educação e treinamento, dada o baixo nível destes.

Importante notar que essa tendência já era apontada por Marx em 1849, como pode ser evidenciado pelo seguinte trecho:

Mais ainda, na mediada em que aumenta a *divisão do trabalho simplifica-se* o trabalho. A habilidade especial do operário torna-se sem valor. Ele é transformado numa força produtiva simples, monótona, que não tem de pôr em jogo energias físicas nem intelectuais. O seu trabalho torna-se trabalho acessível a todos. Por isso, de todos os lados, seus concorrentes fazem pressão e, além disso, devemos nos lembrar que, quanto mais simples, mais fácil de aprender é o trabalho, quanto menos custos de produção são necessários para se apropriar do mesmo, tanto

mais baixo será o salário, pois, tal como o preço de todas as outras mercadorias, ele é determinado pelos custos de produção (Marx, 2010, p. 62)

Entretanto, a década de 1970 traria algumas alterações nos modos de gerenciamento, controle e execução do trabalho, dando origem a um novo modo de acumulação. O decrescimento das taxas de lucros, assim como o crescimento da inflação concomitantemente a um maior desemprego, que tornaria se estrutural, uma revolução tecnológica transformador da produção e o início da globalização são indicativos deste novo momento histórico (Hobsbawn, 1998).

Para Harvey (2016):

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos mercados de trabalho (p. 135)

Essa rigidez e suas consequências, ainda segundo o autor, teriam forçado as corporações e os Estados a uma fase de racionalização e reestruturação da produção e, ao mesmo tempo, mais intensificação do controle sobre o trabalho, criando um sistema de regulamentação social bastante distinto daquele ocorrido durante o pós-guerras, representado pela organização do trabalho fundamentada no taylorismo-fordismo e no Estado de Bem-Estar keynesiano. Este novo sistema de regulamentação social é chamada de acumulação flexível:

A *Acumulação Flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (p. 140).

Portanto, a acumulação flexível surge com a ascensão da crise estrutural do capital (Mészáros, 2021). Momento este que é marcado pela ocorrência cada vez mais frequente

de crises sistêmicas, por uma crescente taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias (redução do tempo de uso das mercadorias), precarização estrutural do trabalho (com erosão do trabalho contratado e regulado, que passa a ser substituído parcialmente por formas de autoexploração, com o surgimento dos empreendedores e MEIs, por exemplo) e pela destruição da natureza (Antunes, 2020).

Porém, de forma mais grave ainda, esse processo de total precarização do trabalho propicia o reaparecimento de formas arcaicas de relações de trabalho, sob a forma de escravidão contemporânea (Soares, 2022). Essa escravidão contemporânea pode ser observada em quatro tipificações: por meio da existência de servidão por dívidas, problema recorrente no agronegócio brasileiro, condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas e por meio de trabalho forçado e sem alternativas, sendo essas duas últimas tipificações bastante comuns no trabalho por aplicativos (Vidigal, 2023). Como nos explica Marcela Soares (Soares, 2022), dando especial atenção ao caso brasileiro:

A “acumulação flexível” possibilita relações de trabalho precárias, por meio das terceirizações (outsourcing) ou quarteirizações, com o trabalho sob demanda, intermitente, remunerado por peça ou com moradia e comida, que se tornam dívidas fraudulentas e impagáveis. Uma vez que o empresariado busca força de trabalho barata, sem tradição de sindicalização, seja aquela que nunca tiveram acesso a direitos laborais, seja aquelas usurpadas de seis direitos pelas contrarreformas (p. 192).

Desta forma, é possível perceber que a história do trabalho sob o capitalismo é uma de separação, de ruptura: de separação entre os trabalhadores e a terra sob a qual trabalham, de separação entre os trabalhadores e o fruto de seu trabalho, separação entre as ferramentas utilizadas para a execução do trabalho e o trabalho em si, separação entre os saberes utilizados para a concepção do trabalho e, mais recentemente, sobre os direitos conquistados a partir de muita luta da classe trabalhadora.

Estão dadas então, as explicações básicas de quem era e quais são as origens do proletariado, assim como quais as suas peculiaridades, dentro da tradição marxista clássica, ou seja, aquela desenvolvida no contexto do capitalismo no século XIX e considerando as suas singularidades, assim como alguns dos principais processos de dominação e controle criados para discipliná-la quando da execução da atividade laboral. É relevante agora expor o que são, como surgiram e quais as características das economias dependentes dentro do arcabouço marxista.

3.2 ...Numa economia dependente

O primeiro passo para entender a dependência é compreender que os estudiosos envolvidos na sua elaboração estavam preocupados em desenvolver uma teoria capaz de explicar as peculiaridades do desenvolvimento latino-americano, rejeitando as interpretações marxistas ortodoxas já existentes, assim como as explicações que compreendiam a debilidade econômica da região como fruto de um incipiente desenvolvimento capitalista (Carcanholo, 2023), mas sim como complementares num mesmo processo. É por isso que Vânia Bambirra inicia seu livro com a seguinte passagem:

Esses autores não compreendem que o “atraso” dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países capitalistas periféricos formam **uma mesma unidade histórica**, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (Bambirra, 2019, p. 44, grifo da autora).

É nesse contexto que Marini relata que as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, longe de serem considerados como insuficiências, devem ser compreendidos como “aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas avançadas.” (Marini, 2022, p. 168).

A configuração da situação de dependência das economias latino-americanas teria se iniciado com a incorporação destas ao mercado mundial. Não no contexto da expansão comercial do século XVI, via colonialismo, mas sim durante o século XIX, momento de ocorrência dos movimentos de independência na região, assim como da Revolução Industrial na Europa, cabendo aos países recém independentes politicamente o papel de subordinação econômica à maior economia mundial no momento, a Inglaterra.

Apesar de inegável, a importância da América Latina para formação da economia capitalista mundial via fornecimento de metais preciosos durante os séculos XVI e XVIII, a dependência é um fenômeno surgido somente no século XIX:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, **entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo**

marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 2022, p. 171, grifo meu)

Mas, qual a diferença entre o colonialismo e a dependência além do caráter formal de independência política dos países subjugados? E qual a sua importância para a Europa, tendo em vista que o comércio entre os dois continentes já era realizado há pelo menos três séculos? As respostas para estas duas perguntas estão centradas na Revolução Industrial.

Para responder à primeira questão, é importante expor o conceito de padrão de reprodução do capital. Jaime Osorio identifica um padrão de reprodução do capital como “Temos um padrão de reprodução de capital quando, em espaços geoeconômicos e em períodos históricos determinados, o capital traçou (descobriu) um caminho específico para se reproduzir e se valorizar, que tende a se repetir em seus processos fundamentais” (Osório, 2014, p.21, tradução livre). Ou seja, o padrão de reprodução do capital estabelece uma definição de como o capital se reproduz em espaços e períodos específicos.

Disso, depreende-se que, é possível historicizar e diferenciar a reprodução do capital, já que “A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou valores de uso (Osorio, 2012a, p. 41).

Ou seja, a localização temporal distinta entre as fases do colonialismo e da configuração da dependência é a principal diferença entre esses dois momentos. O colonialismo é fruto do ciclo do capitalismo comercial, tendo relações de produção baseadas no escravismo e com foco na comercialização, na circulação de mercadorias. Por outro lado, a dependência surge no século XIX, durante o capitalismo industrial, cujo foco está na produção de mercadorias visando a extração do mais valor, pressupondo trabalho assalariado (Marx, 2017a) e com padrão de reprodução dominante na América Latina do tipo agromineiro exportador (Osorio, 2012a), dada a prevalência do tipo de mercadorias

A segunda pergunta, referente a importância das economias dependentes para a Europa, pode ser encontrada em Marini.

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar numa base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento

industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. [...] **O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos.** (Marini, 2022, p. 173- 174, grifo meu)

Portanto, a América Latina forneceu os alimentos que garantiram o deslocamento de um grande contingente populacional para as cidades e, mais especificamente, para o trabalho assalariado, além de ter fornecido matérias-primas industriais, indispensáveis à produção fabril. Mas, para além disso, Marini também destaca que esse fornecimento de gêneros agrícolas é essencial para o deslocamento da acumulação baseada na mais-valia absoluta na direção da mais-valia relativa, por meio da redução do valor da força de trabalho nos países capitalistas avançados.

E como ocorre essa redução do valor da força de trabalho? Considerando que o valor de uma mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, e sendo a força de trabalho uma mercadoria como qualquer outra dentro do modo de produção capitalista, e que a mercadoria força de trabalho é especial por ser aquela que dá valor às demais, tem-se que o valor da força de trabalho é correspondente à quantidade de bens necessários à sua reposição. Reposição esta entendida como a garantia de que a força de trabalho poderá estar disponível para novo uso tanto quanto reposição da força de trabalho via reprodução, criação dos filhos da classe trabalhadora (Marx, 2017a).

Com a oferta de bens agropecuários fornecidos pelas economias latino-americanas houve uma queda do valor dos bens-salário, componentes do valor da força de trabalho, “permitindo assim que o incremento produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas” (Marini, 2022, p. 178). Ou seja, uma redução do valor social das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho é indispensável para o aumento da taxa de mais valia relativa, por aumentar a diferença entre o trabalho necessário e o excedente sem incrementos na jornada. Portanto, a partir desse momento a mais-valia relativa passa a preponderar à relativa no circuito da produção de mercadorias nos países avançados.

Agora, é obrigatório tratar da transferência de valor como troca desigual. Durante as exposições acerca do valor das mercadorias, Marx (2017a) sempre considera que as

mercadorias são trocadas exatamente por seu valor, posição que iria reconhecer com distante da realidade no livro 3 de o capital (Marx, 2017b). Com base nisso Marini afirma que existem mecanismos na troca de mercadorias que permitem uma transferência de valor por meio do modo como são fixados os preços de mercado e de produção das mercadorias.

Essa transferência de valor da qual Marini trata ocorre especificamente no caso de transações entre nações que produzem e trocam mercadorias de classes diferentes, ou seja, umas produzem mercadorias que as outras não produzem ou não produzem com a mesma “facilidade” (Marini, 2022, p. 183) que as outras, o que permite a infração da lei do valor, caracterizando a troca desigual. Nessa situação “as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (Idem) ou em função de um monopólio produtivo.

E, tendo em vista essa cessão de valor, cabe aos capitalistas das nações desfavorecidas no âmbito do comércio internacional o desenvolvimento de um mecanismo de compensação da transferência de valor. Esse mecanismo visa a neutralização da transferência de valor por meio de um incremento do valor realizado, ou seja, há necessidade de aumento da massa de valor produzida, uma maior produtividade. Para isso é empregada uma maior exploração da força de trabalho, tanto por incremento da mais-valia absoluta, da mais-valia relativa, por uma combinação dos dois ou pela transformação do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital, isto é “a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2022, p. 188) – infração da lei do valor para a força de trabalho. Assim dizendo, o trabalho é remunerado abaixo do seu valor, de forma que é configurada a superexploração da força de trabalho.

É de extrema relevância compreender aqui que o vocábulo “operário” utilizado por Marini não se refere ao trabalhador fabril, tendo em vista que o autor baseou suas descobertas nos escritos de Marx e que para este último “[...] a indústria é a aplicação do trabalho humano para utilizar ou alterar forças e recursos naturais visando satisfazer necessidades humanas.” (Smith, 2024, p. 105).

É neste contexto que Marini afirma que

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. (2022, p. 181)

Portanto, a situação de dependência cria condições excepcionais no desenvolvimento do capitalismo das economias latino-americanas. É, nas palavras de Marini, um capitalismo “*sui generis*” (2022, p. 168), ímpar, não devendo ser considerado como pré-capitalismo ou insuficiência de capitalismo, mas um capitalismo que deve ser entendido como parte do sistema que o formou, como uma forma enantiomorfa do capitalismo das nações industriais, mas complementar e de vital importância para estas últimas.

Nas palavras de Bambirra (2019, p. 68) “Em outras palavras, a expansão do capitalismo metropolitano faz com que se reproduza seu sistema, não estritamente à sua imagem e semelhança, mas sob a forma de um capitalismo dependente”. Ou seja, a dependência é configurada com a incorporação das economias da América Latina ao capitalismo a nível mundial. Mas este capitalismo não é formado do mesmo modo que se formou nos países de capitalismo central, a saber, por meio da superação do feudalismo, com criação de uma indústria baseada inicialmente na criação de bens-salário, bens de consumo. Desde a sua gênese, o capitalismo latino-americano foi pautado no fornecimento de mercadorias para o continente europeu, com este papel se alterando pouco ao longo do tempo.

E como a dependência é evidenciada no século XXI? Novamente, é necessário retornar à noção de padrão de reprodução do capital. A América Latina superou o padrão agromineiro-exportador de reprodução do capital que vigorou de fins do século XIX até o início do século XX, passando por uma etapa de transição para a industrialização na década de 1930, por um padrão industrial, primeiramente autônomo e depois com integração ao capital estrangeiro durante as décadas de 1940 e 1950. Em meados dos anos 1970 vivenciou um novo período de transição, que na década de 1980 desembocou no atual padrão de reprodução dominantes, o padrão exportador de especialização produtiva (Osorio, 2012a).

O atual padrão pode ser “caracterizado [...] particularmente devido ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados. Esse padrão exportador, por outro lado, apresenta semelhanças com o anterior, como o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários, seja de produção local,

seja de *maquiladoras*¹.” (Osorio, 2012c, p 103). De acordo com o autor, a incorporação de tecnologias desenvolvidas durante as últimas décadas acabou por reorientar a organização produtiva da região de forma a reafirmar a dependência, novamente em detrimento dos interesses da população.

O padrão exportador de especialização produtiva já traz em seu nome as principais características tomadas pelas economias latino-americanas. É um padrão exportador, de forma que os setores mais dinâmicos da economia se encontram voltados para o exterior, de especialização produtiva, onde a pauta exportadora das nações se encontram centradas em uma pequena variedade de mercadorias, apenas dez. Ao mesmo tempo, dado o perfil das mercadorias, pressupõe que a industrialização como projeto de autonomia nacional foi abandonada.

Esse padrão é uma consequência direta da implementação de políticas neoliberais na região. Em relação ao papel do grande capital, este foi responsável pela compra de empresas públicas, assim como por investimentos produtivos de fácil mobilidade, evidenciando o desmonte público e o agravamento da vulnerabilidade externa pelos quais a região vem passando desde os anos 1980. Ainda, é destacado que a industrialização em setores como os de manufaturas baseadas em recursos naturais são somente intervenções básicas como enlatamento e engarrafamento, ilustrando a perda de complexidade econômica.

Em relação às condições de vida da população local, há uma evidente precarização das condições laborais e de vida em curso nas últimas décadas. Nas palavras do autor:

Entretanto, quando um fenômeno tende a se reproduzir no tempo, é necessário entender que não existem apenas elementos conjunturais ou contingências coincidentes, mas também processos e tendências de fôlego mais longo que o sustentam e lhe conferem sentido. **Nessa lógica, a perda de poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno e a precarização em geral das condições de trabalho e de vida da maioria da população encontram-se ligadas à própria natureza do novo padrão exportador de especialização produtiva, em duplo sentido.** Primeiro, porque para essa nova modalidade de reprodução o mercado dos assalariados locais não constitui um elemento de maior relevância à medida que parte substancial da produção vai destinada aos mercados externos. [...] Em segundo lugar, a capacidade de concorrência desse padrão nos mercados externos reside na deterioração dos salários locais e na

¹ *Maquiladoras* são empresas reconhecidas pelos abusos em relação aos trabalhadores, tanto por exigirem longas jornadas quanto por pagarem baixos salários. São instaladas em países do sul global, onde as condições locais de pobreza, abundância de trabalho e ausência de legislação protetiva do trabalho permitem que tais abusos sejam cometidos sem consequências para as empresas.

depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos.” (Osorio, 2012c, p.123-124, grifo meu)

Portanto, a piora das condições de vida da população são uma consequência direta da reorganização produtiva da América Latina em seu papel de região subordinada, cujos interesses estão centrados no atendimento das demandas das nações industrializadas. Esse papel se alterou durante o século XX, garantindo uma certa autonomia de desenvolvimento, especialmente nos momentos de crise do capitalismo central (Bambirra, 2019), mas retornou ao de fornecimento de bens minerais e agropecuários para o resto do mundo, ao custo do definhamento das parcelas mais vulneráveis da classe trabalhadora local.

Em relação a este definhamento das parcelas mais vulneráveis da classe trabalhadora, é de suma importância mencionar dois determinantes da dependência ainda não tão explorados dentro dos estudos acerca da temática: a questão agrária e o papel do racismo estrutural. Para Chimini (2024), o relacionamento do capital com a terra nas economias dependentes não é dado somente pela tradicional relação de necessidade de obtenção de mais capital, mas:

A terra é o elemento central, pois os países de economia periférica inserem-se de forma subordinada na divisão internacional do trabalho como países produtores e exportadores de matérias-primas, do setor primário, com profunda extração de recursos naturais. O setor primário e os recursos naturais têm na terra sua fonte de recursos, e é a partir dela que se inicia a exploração interna e internacional pelo capital, que avança sobre a classe trabalhadora. (p. 74)

Ainda, continua a autora, “A cada nova crise do capital são acirradas as formas de exploração e absolutamente tudo se transforma em mercadoria. Porém, a terra, na América Latina, tem condição elementar para a constituição do capitalismo global e estrutural nos países de economia dependente.” (p. 75). Dessa forma, é possível depreender que as lutas camponesas e de comunidades tradicionais contra a destruição promovida pela expansão do agronegócio são elementos centrais de resistência ante a situação de dependência político-econômica-tecnológica que orienta a realidade do continente latino-americano há dois séculos.

Souza (2020), por sua vez, demonstra que o racismo é imprescindível à sociedade de classes surgida na América Latina, por fundamentar toda a estrutura social desigual que permite a produção de valor dentro do subcontinente, configuração esta que não foi

abandonada com a independência política propiciada pela independência das nações coloniais ao longo do século XIX. Portanto, foram mantidas as relações de dominação oriundas da situação colonial, ajustadas e conformadas à situação de dependência, com a não integração das populações racializadas ocorrendo de forma deliberada, visando o controle social e a concentração da propriedade e da renda. Nas palavras da autora:

O racismo é inerente à dialética da dependência, é um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, uma vez que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente estruturada também a partir da racialização, de maneira que negros e indígenas ocupam a larga franja marginal, que, sempre em crescimento, dada a dinâmica de permanente expulsão da força de trabalho do processo produtivo, que é inerente ao modo de produção capitalista como um todo, mas assume, sob a condição dependente da economia latino-americana, proporções exponenciais. [...] Tomar o racismo como uma categoria explicativa da superexploração da força de trabalho é fundamental para apreender os processos concretos da lei geral da acumulação capitalista nesse território.” (Souza, 2020, p. 157-158, grifos da autora)

Tendo sido explicitadas as principais características das economias dependentes, assim como sua formação, agora cabe uma exploração das tendências do século XXI, a uberização da força de trabalho e seus determinantes.

3.3 Século XXI: Uberização e plataformização

Antes de tratar do que é e como surgiu a uberização, é importante destacar a crítica realizada por Filgueiras e Antunes (2022) de que, apesar de que estas sejam apresentadas como uma nova forma de negócios e de organização, as plataformas e os aplicativos não o são, mas se utilizam dessa faixa como meio para escamotear o que verdadeiramente representam. E o que eles representam? Representam a negação do assalariamento como forma de burlar as obrigações protetivas associadas ao trabalhador, mas ampliando o controle sobre o trabalho; representam uma ampliação da exploração do trabalho via eliminação dos limites à precarização.

Abílio (2022) entende que

[...] a uberização consolida a redução do trabalhador a um *trabalhador just-in-time*, a um *autogerente subordinado*, que arca com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado. [...] Não se trata apenas de mais um passo na eliminação de direitos: trata-se da redução do trabalhador a um fator de produção que deve ser utilizado na exata medida das demandas do

capital; além disso, trata-se de uma vitória na busca permanente pela eliminação dos poros do trabalho. Ainda pior, o uso na exata medida já não requer predefinições contratuais: o trabalhador está inteiramente disponível ao trabalho. (p. 112, grifos da autora)

A uberização deve ser entendida como uma das consequências da crise de acumulação taylorista-fordista ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970 nas nações centrais do capitalismo (Harvey, 2014). Como resposta à essa crise sistêmica, fora desenvolvida uma nova forma de organização do trabalho, uma que superava os pressupostos do taylorismo-fordismo e criava novos pressupostos adequados às condições emergentes: a reestruturação produtiva. Este novo modelo tinha por pressupostos uma maior flexibilidade produtiva, maior índice de qualidade dos produtos, redução dos preços finais das mercadorias, entregas rápidas ao mesmo tempo que presumia uma alteração das leis trabalhistas e maior mobilidade de capitais (Pinto, 2007)

Mas, de forma mais profunda, este foi o momento de implementação do Toyotismo, um sistema de organização desenvolvido no Japão, pautado na implementação de redes de subcontratação, empresas enxutas e flexíveis, no trabalho polivalente e altamente controlado, caracterizando o que viria a ser conhecido como sistema *just-in-time* ou acumulação flexível (Idem). Então, apesar de um fenômeno característico do século XX, a uberização é fruto de um longo período de reformulação da acumulação capitalista que, no plano microeconômico foi marcado pela alteração da forma como se organiza o trabalho na direção de menor rigidez quanto aos papéis dos trabalhadores e maior vigilância do processo de trabalho e, no plano macro, pela alteração da forma de atuação dos Estados, com desmonte do estado de bem-estar social associado ao modelo de acumulação do taylorismo-fordismo e maior importância do setor financeiro nas economias.

Quanto à financeirização, alguns pontos devem ser destacados. O capitalismo reorganizado pós 1970 passa a ser marcado por quatro características: transnacionalização produtiva, crescimento dos mercados financeiros, maior endividamento público e privado e uma multiplicação das crises (Mello, 2021). O crescimento dos mercados financeiros e o maior endividamento são aqui as questões centrais, já que representam, ao mesmo tempo, a progressiva importância do sistema de crédito como uma “*alavanca da acumulação*” (p. 146, grifo do autor) e como freio desta acumulação, dada a ocorrência cada vez mais frequente de bolhas e crises.

Essas bolhas e crises são decorrentes da sobreacumulação do capital, fenômeno descrito por Marx (2017b) como o deslocamento do capital para fora do setor produtivo por não encontrar valorização suficiente neste. É neste movimento que “o impulso desmedido do capital a se valorizar ganha sua expressão mais completa” (Grespan, 2009), onde o capital portador de juros e o capital fictício passam a parecer autônomos em relação à produção de valor, ao processo produtivo, por isso as alterações na esfera produtiva no capitalismo pós 1970: para uma conformação da produção aos imperativos da lógica financeira (Paulani, 2009). É nesse contexto que Mello (2021) aponta que:

Em suma, as atuais ondas de desemprego, de miséria, desigualdade de renda e de propriedade, endividamento, especulação financeira e imobiliária, espoliação e pilhagem dos trabalhadores e do meio ambiente, tudo isso não é um desvio, ou um acidente de percurso. É um desdobramento e uma exacerbação da lógica do capital. [...] O capitalismo revela, nos dias de hoje, a sua verdadeira face, que é horrenda e só pode prometer mais exploração, mais destruição da natureza, mais desigualdade, mais repressão contra os que lutam (p. 152).

Fazendo referência ao destacado “impulso desmedido do capital a se valorizar”, deve-se destacar que o capital não somente possui uma tendência à expansão da produção, como tem nessa expansão uma necessidade inerente, tendo em vista que a sociedade capitalista somente garante sua reprodução como tal através de uma contínua expansão da produção, ou seja, crescente apropriação de valor. E, dadas as condições ambientais presenciadas, nunca será suficiente enfatizar o potencial destrutivo e incontrolável desta dinâmica, suscitando a imanente imediata necessidade de uma nova sociedade pautada não na necessidade de valorização do capital, mas nas necessidades humanas, mas para além disso, uma sociedade na qual o metabolismo entre homem e natureza não seja destrutivo (Barreto, 2018).

Voltando para a uberização em si, para Abílio e Santiago (2024), os principais elementos caracterizantes da uberização do trabalho são a transformação dos trabalhadores em trabalhadores sobre demanda, a oligopolização e centralização do controle, informalização do trabalho, gerenciamento algorítmico do trabalho e autogerenciamento subordinado, sendo esses elementos derivados dos processos de flexibilização e de degradação do trabalho.

Esses autores destacam, em relação à transformação dos trabalhadores em trabalhadores sob demanda, que “No cerne do trabalho sob demanda está a perversa

distinção feita ao longo da jornada de trabalho entre o tempo produtivo e o tempo não produtivo. O trabalhador sob demanda está disponível ao trabalho, mas só recebe estritamente no tempo em que produz.” (p. 22). Com isso, é possível perceber que quando se é um trabalhador sob demanda não existe nenhum tipo de garantia quanto a duração da jornada de trabalho ou sob a remuneração possível, já que a atividade de trabalho em si será realizada somente quando houver disponibilidade de trabalho e, apesar da possibilidade de estar disponível para o trabalho, só será pago pelos momentos em que definitivamente estiver realizando a atividade.

Associada a esta observação, ainda destacam que, ante a informalização do trabalho e gerenciamento subordinado, não existe uma jornada de trabalho ou remuneração pré-determinada, não havendo nenhuma estabilidade para o trabalhador. Ainda, “o valor de cada tarefa é determinado exclusivamente pela empresa, de forma discricionária; a distribuição das tarefas é determinada exclusivamente pela empresa, de forma discricionária;” (Abílio; Santiago, 2024, p. 24). Portanto, os trabalhadores estão totalmente subordinados aos desígnios das empresas de aplicativos, que determinam o tempo de trabalho efetivo, as remunerações e a divisão das tarefas entre os trabalhadores.

Mas mais que isso, essa subordinação está atrelada ao desenvolvimento de uma subjetividade por meio da qual os trabalhadores enxergam e desempenham a atividade laboral mediada por aplicativos. Mendonça, Woodcock e Grohmann (2024) apontam que a gestão do trabalho, as metas de cada trabalhador, dado o contexto de insegurança jurídica e precariedade de desenvolvimento das jornadas, são estabelecidas de forma individual e de acordo com as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, evidenciando o caráter atomizador e fragmentado do trabalho no contexto do capitalismo de plataformas.

Todavia não é possível entender os fenômenos superestruturais, no caso a ideologia neoliberal e a forma de subjetividade por ela criada citada no parágrafo anterior, sem que se compreenda os fenômenos estruturais, dado que os primeiros conformam os segundos (Marx, 2008). Dessa forma, a ideologia neoliberal, fenômeno superestrutural, baseado na livre mobilidade de capitais, desregulamentação dos mercados de trabalho, transnacionalização empresarial, desmonte do estado keynesiano, e ascensão da ideia do padrão de si mesmo, deve ser sempre entendido como criado de modo a justificar as alterações mais amplas na base econômica material vivenciais ao longo das décadas de 1960-1970, identificada como neoliberalismo e cujas algumas interpretações sobre foram dadas na introdução deste trabalho.

Então, mais que uma forma de racionalidade (Laval & Dardot, 2023), um programa intelectual (Gonzalbo, 2024), um modelo de gestão de crise (Patnaik & Patnaik, 2024) ou um sistema normativo (Paraná, 2023), o neoliberalismo é entendido aqui como uma alteração no modelo de acumulação do capital devido a incapacidade deste de sustentar o pacto keynesiano de altas taxas de lucro e de emprego, salários elevados nos países do dentro do sistema e um estado provedor de serviços básicos.

Nesse contexto, cabem as reflexões de Fontes (2022) acerca das expropriações contemporâneas, entendidas principalmente como atuantes sobre a perda de direitos, de acesso a serviços públicos e à destruição de toda solidariedade e aparatos de luta por parte dos trabalhadores contra os desígnios do capital:

Trata-se agora não apenas de manter a separação do trabalhador de seus meios de produção ou das funções primárias da subsistência (como era o caso da expropriação camponesa). Parcelas crescentes da população mundial encontram-se já expropriadas e, no caso brasileiro, esse foi o lento e inexorável processo em curso ao longo de todo o século XX. A expropriação doravante deverá incidir sobre toda e qualquer maneira de opor-se – social e coletivamente- ao capital como lógica da própria existência. Assim a expropriação na atualidade deverá incidir sobre todos os aspectos resultantes da luta de classes sob o capitalismo, por meio das quais os trabalhadores conseguiram, ao longo dos últimos 150 anos, reduzir o impacto do valor de troca (do mercado) sob uma parcela de sua reprodução, o que resultou na gestão estatal de uma parcela do valor da força de trabalho. (Fontes, 2022, p. 76).

Ainda neste sentido, cabe a crítica ao progressismo neodesenvolvimentista sul-americano proposta por Fábio Luis Barbosa dos Santos (2018). Para este autor, a onda progressista vivenciada no continente desde fins do século XX, identificada pela ascensão de governos ditos de esquerda, como movimento de reação ao neoliberalismo se apresentou extremamente limitada em seus objetivos e consequências, com resultados que não passaram de “projetos de mudança que aceitaram os parâmetros da ordem que haviam herdado, visando renegociar em melhores termos a inserção mundial de seus países e a situação dos “excluídos” que frequentemente representavam.” (p. 13)

Portanto, destaca-se o papel do estado como propagador das políticas econômicas previstas na agenda neoliberal, exemplificadas no caso brasileiro pela existência do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal), e de políticas de redistribuição de renda e conciliação de classe, mas sem uma verdadeira intenção de resolução dos desarranjos estruturais da economia dependente brasileiro.

Quanto ao gerenciamento algorítmico do trabalho, Abílio e Santiago (2024) destacam que este se trata de uma forma organizacional do trabalho que visa a racionalização e eficiência da força de trabalho, sendo intermediada por mecanismos que, apesar de automatizados, são determinados por critérios definidos por humanos. Dessa forma, em última análise, o gerenciamento algorítmico implica em redução de custos associados ao uso do trabalho via informalização e automatização, com transferência dos riscos para o trabalhador e retirada das condições de dignidade no trabalho e na vida, como ação intencional humana por detrás do aparato tecnológico.

Todavia, como destacam Vêras de Oliveira e Bridi (2023), não cabe ao desenvolvimento das tecnologias a responsabilidade sobre a informalização e a precarização das quais o processo de uberização necessita para se desenvolver. Estes processos são resultados de ações de empresas e de governos, que atuam conjuntamente para desmontar os dispositivos de regulamentação do trabalho. Há, portanto, uma intencionalidade humana motivada pela acumulação do capital por detrás do discurso de neutralidade tecnológica.

Aqui cabe o questionamento: trabalhadores uberizados são trabalhadores produtivos? Para Marx, trabalho produtivo é aquele que produz mais-valor a ser apropriado por um capitalista, “*Trabalho produtivo* é simplesmente o trabalho que produz *capital*” (Marx, 2021 238, grifos do autor) e continua:

O próprio trabalho *só é produtivo* quando incorporado ao capital, ali onde o capital constitui o fundamento da produção e o capitalista, portanto, é o camandante-em-chefe da produção. A produtividade do trabalho devém da força produtiva do capital, da mesma forma que o valor de troca universal das mercadorias se fixa no dinheiro. O trabalho, tal como existe *por si no trabalhador* em oposição ao capital, o trabalho, portanto, em *sua existência imediata*, separada do capital, *não é produtivo*. (Marx, 2021, p. 241, grifos do autor)

Em resumo: o trabalho é produtivo quando e somente quando é subordinado ao capital. Quando gera uma mercadoria, sendo essa tangível ou intangível, e cujo fim último está na geração de lucro para o capitalista dono do capital ao qual o trabalho está subordinado. Não se trata, desse modo, da importância ou da utilidade do trabalho, mas da maneira como ele se encontra em relação ao capital como modo de produção.

É em consonância com este pensamento que Franco, Ferraz e Ferraz (2023) determinam que o trabalho de plataformas em empresas como Uber, iFood, Rappi, cuja mercadoria é o transporte em si, constitui trabalho produtivo. Esse é um trabalho

subordinado ao capital e cujo fim está localizado na valorização desse capital, na geração de mais-valor.

Uma outra consideração, Rosenfield e Almeida (2021) apontam que apesar de as plataformas não serem ainda regulamentadas, elas não representam uma troca de serviços entre partes independentes, tendo em vista que elas não só são autorreguladas, como regulam os mercados, já que “restabelecem políticas, decidem quando e como os participantes se comunicarão, quais informações estarão disponíveis e como serão exibidas” (p. 11), além de determinarem preços, o que será negociado e realizarem a intermediação de disputas.

Sendo, portanto, os trabalhadores de aplicativos considerados como trabalhadores produtivos, cabe aqui a observação de que se pode perceber que a uberização sugere uma evidenciação das causas contra arremetidas da lei tendencial da queda da taxa de lucro, tendo em vista que das seis causas apontadas por Marx² (2017b), quatro podem ser diretamente percebidas. São possíveis identificar um aumento do grau de exploração do trabalho, dadas as extensivas e intensas jornadas, uma compressão do salário abaixo do seu valor, tendo em vista a necessidade das já citadas longas e intensas jornadas para garantir condições de sobrevivência de cobertura de custos associados à atividade laboral, barateamento do capital constante, já que parte do capital constata para a realização das atividades de entrega, no caso aqui estudado, entendidos como o veículo e o celular, são pertencentes e custeados pelo trabalhador e, por fim, a presença de uma superpopulação relativa, dado o número elevado de pessoas desempregadas no Brasil com característica estrutural de uma economia dependente.

É de suma importância destacar o perfil do trabalhador de plataformas de *delivery* no Brasil. Ele é jovem, com 77% dos entregadores tendo menos de 40 anos (este dado é diferente quando se trata de motoristas), majoritariamente masculino, 90% de homens para o conjunto dos uberizados, e negro (61% dos entregadores). Ainda, desenvolvem longas jornada de trabalho (em média 43 horas semanais) (Leite; Bono; Lima, 2023). Salienta-se, dessa forma, quem são alguns dos mais afetados pela destruição do emprego seguro: homens jovens e negros, uma população já entendida como grandemente afetada

² São destacadas por Marx (2017b) como causas contra -arremetidas da queda da taxa de lucro, dando a esta um caráter tendencial o aumento do grau de exploração do trabalho, a compressão dos salários abaixo do valor dos trabalhadores, o barateamento dos elementos do capital constante, a presença de uma superpopulação relativa, a existência do comércio exterior e o aumento do capital acionário.

negativamente por grande parte das políticas neoliberalizantes, dado o reforço dessas na promoção de desigualdades (Rossi; Dweck; Oliveira, 2018).

Dessa forma, é aqui retomado o que foi dito no parágrafo introdutório desta seção: as plataformas não são um novo tipo de negócios e de organização. A plataformização do trabalho representa, antes de tudo a mais natural e imperativa necessidade do capital: maior acumulação de valor expropriado do trabalho. Todavia, essa acumulação é dada através de modelos de organização do trabalho popularizados pelo mundo durante a ascensão do neoliberalismo e apoiada no desenvolvimento de tecnologias informacionais ocorridas no final do século XX e início do século XXI.

A fim de finalização de que maneira é possível interligar as temáticas da uberização/ plataformização à Teoria Marxista da Dependência? Para Raposo (2020),

[...] por trás da expansão global da **uberização do trabalho**, identificada como uma estratégia de **empreendedorismo**, constata-se, na realidade, uma tendência de incremento dos mecanismos de superexploração, mediante as novas formas de extração do trabalho excedente e do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

[...]

Em poucas linhas, na era da **escravidão digital** e da **explosão do novo proletariado de serviços**, as metamorfoses no mundo do trabalho, expressam uma clara conexão entre as expressões objetivas da precarização e a categoria da superexploração da força de trabalho, no sentido da subsunção real do trabalho e da valorização do capital. (p. 516-517, grifos da autora)

É exatamente estes mecanismos de superexploração que o trabalho pretende investigar. Ou seja, quais as formas pelas quais as plataformas de aplicativos de entregadores de alimentos encontradas nas cidades brasileiras componentes da pesquisa, em 2024, utilizam para a apropriação do mais-valor gerado pelos trabalhadores, de qual forma esse mais-valor é incrementado e se a venda da força de trabalho é feita sob a infração da lei do valor, configurando superexploração ou não.

4. Caracterização do mercado de trabalho campo grandense

Aqui são apresentados alguns dados que permitem uma visão panorâmica sobre o mercado de trabalho da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, local de realização das entrevistas, de moradia dos entrevistados e por onde eles circulam diariamente para a realização da atividade laboral.

Todos os dados, com exceção dos relacionados ao fluxo de empregos por setor, foram obtidos via acesso do portal do IBGE/ Sidra, por meio do qual foram extraídos os dados da Pesquisa Nacional Domiciliar Contínua trimestral (PNADC/T) (IBGE, 2025). É necessário ter em mente que os dados compreendidos entre 2º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2022 estarão ausentes para grande parte das informações aqui apresentadas, já que estes estão disponíveis em outra pesquisa diferente da PNAD C trimestral. Já os dados do fluxo de empregos por setor foram obtidos através do acesso ao Painel do Novo Caged (2025).

A evolução da população de Campo Grande, em mil habitantes, no primeiro trimestre de cada ano a partir de 2012, por sexo, é dada conforme a Tabela 01 abaixo:

Tabela 1: Evolução da população de Campo Grande no primeiro trimestre

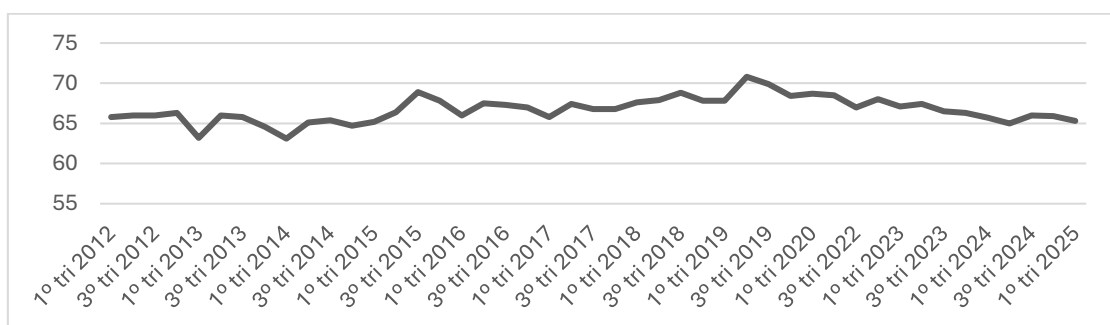
Ano	Total	Homens	Mulheres
2015	850	401	450
2016	861	410	451
2017	871	423	449
2018	882	426	456
2019	892	427	465
2020	902	444	458
2023	932	469	462
2024	941	460	481
2025	950	459	491

Fonte: IBGE (2025).

A partir dos dados fornecidos pelo IBGE, destaca-se que a população campo-grandense é majoritariamente feminina, com uma média de 51,55% da população sendo do sexo feminino. Entretanto, apesar de comporem mais da metade da população da cidade, representam apenas 13% dos entrevistados na presente pesquisa. Com isso, questiona-se: existe uma divisão sexual do trabalho precário e uberizado, com homens e mulheres “se especializando” em empregos distintos? O descoberto aqui parece indicar que esse é o caso, pelo menos para a cidade de Campo Grande, dada a predominância de homens no trabalho de entregas de alimentos via aplicativos (19 dos 22 entrevistados são homens), apesar de eles comporem uma menor parcela da população total da cidade.

Em relação à taxa de participação³ na força de trabalho, o movimento desta estatística é dado na Imagem 2. É possível observar que há dois momentos expressivos de aumento da taxa de participação na força de trabalho: no 3º trimestre de 2015 e no 2º trimestre de 2019, onde os valores da taxa eram de 68,9 e 70,8. O intervalo compreendido entre essas duas datas representa um momento positivo para a economia campograndense, com manutenção de elevadas taxas de participação. Por outro lado, a partir do 2º trimestre de 2019, é perceptível uma queda desta taxa, indicando uma recorrente contração do mercado de trabalho na cidade.

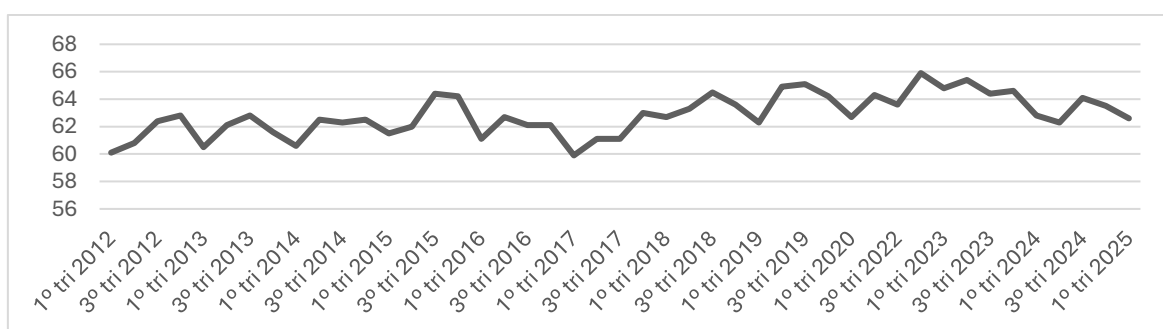
Imagem 2: Taxa de participação na força de trabalho em Campo Grande



Fonte: IBGE (2025).

Já na Imagem 3, está indicada a taxa de ocupação da força de trabalho em Campo Grande. Como é de se esperar, esta estatística apresenta uma maior variabilidade que a taxa de participação na força de trabalho, sendo também inferior a esta para toda a série. A média da ocupação para o período considerado é de 62,84.

Imagem 3: Taxa de ocupação da força de trabalho em Campo Grande



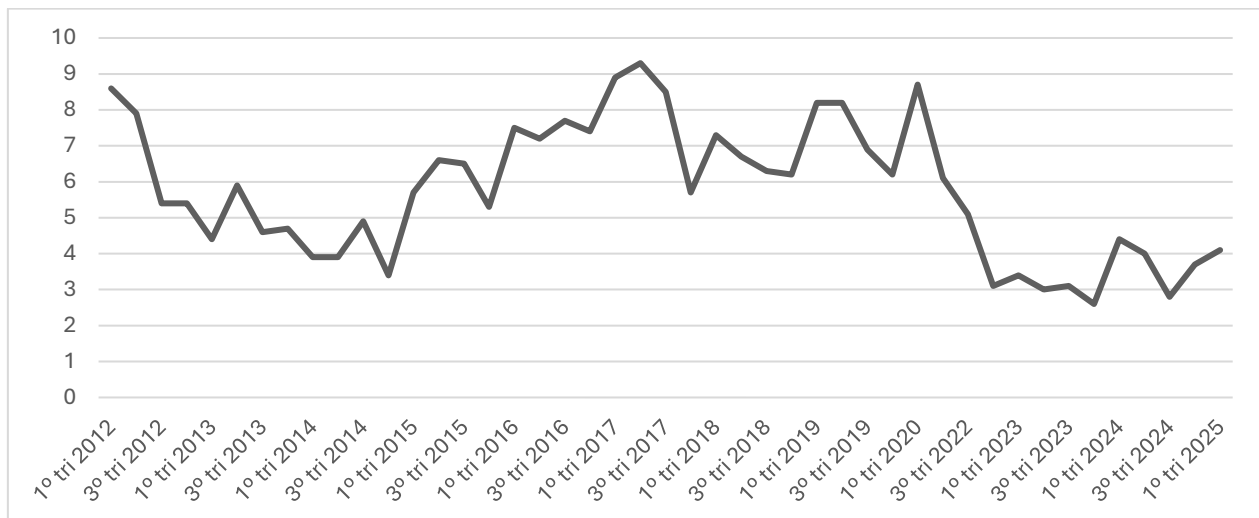
Fonte: IBGE (2025).

Como contraponto da taxa de ocupação, na imagem 4 é dado o movimento da estatística da taxa de desocupação da força de trabalho. Aqui o essencial é observar a

³ O IBGE (2016) define taxa de participação na força de trabalho como “Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar” e a taxa de ocupação como “Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar”.

queda brusca deste indicador a partir do segundo trimestre de 2020. Isso pode ser tanto em função do aumento da taxa de desalento e/ou do aumento da taxa de informalidade no mercado de trabalho local.

Imagem 4: Taxa de desocupação da força de trabalho em Campo Grande

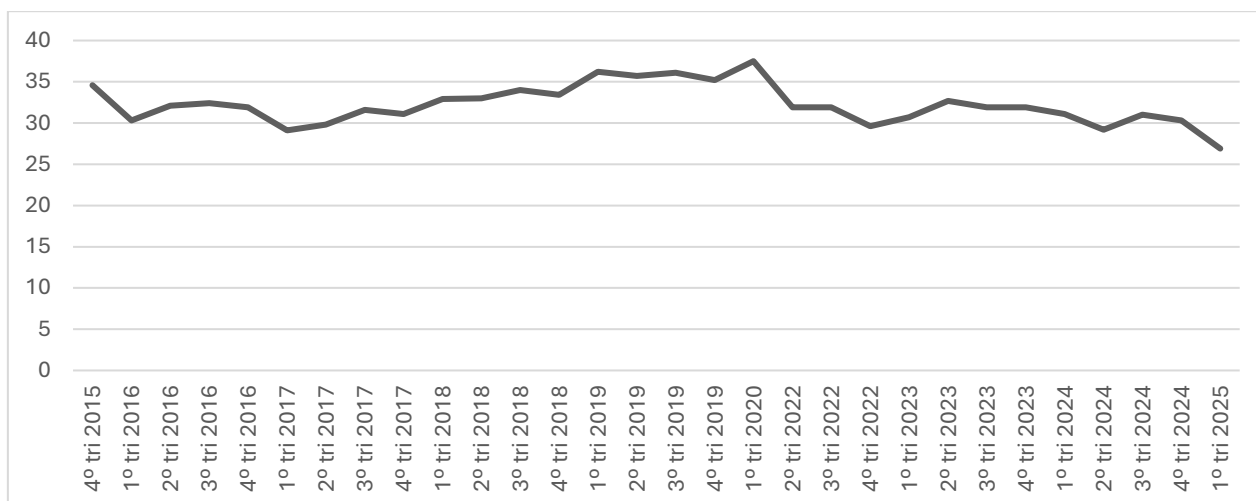


Fonte: IBGE (2025).

Na sequência, são dadas as imagens 5 e 6. Na primeira, está indicada a taxa informalidade na economia da Capital e, na segunda, a taxa de informalidade por sexo. É presenciada uma queda da taxa de informalidade a partir do primeiro trimestre de 2020, o que invalida a suposição feita no parágrafo anterior sobre a queda da taxa de desocupação. Disso, tem-se que os empregos na cidade de Campo Grande parecem ser cada vez menos informais.

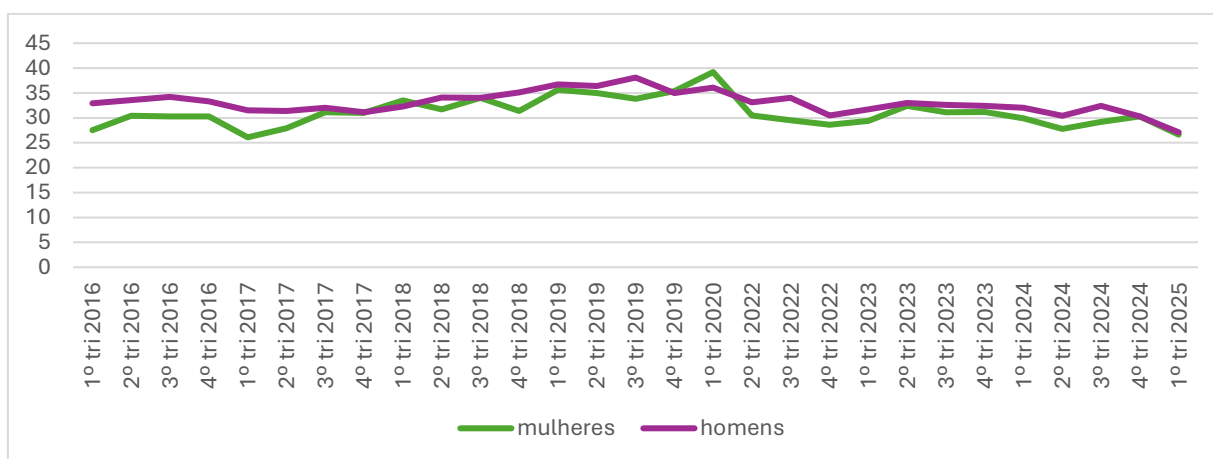
Ao mesmo tempo, partindo para a observação da taxa de informalidade a partir do prisma de sexo, é possível identificar um movimento de maior participação masculina na força de trabalho informal, com exceção de dois momentos da série apresentada: no primeiro trimestre de 2018 e no primeiro trimestre de 2020. No último trimestre de 2024 a taxa de informalidade foi igual para ambos os sexos. A média da informalidade para as mulheres foi de 31,05% e para os homens foi de 33,01%.

Imagem 5: Taxa de informalidade da força de trabalho em Campo Grande



Fonte: IBGE (2025).

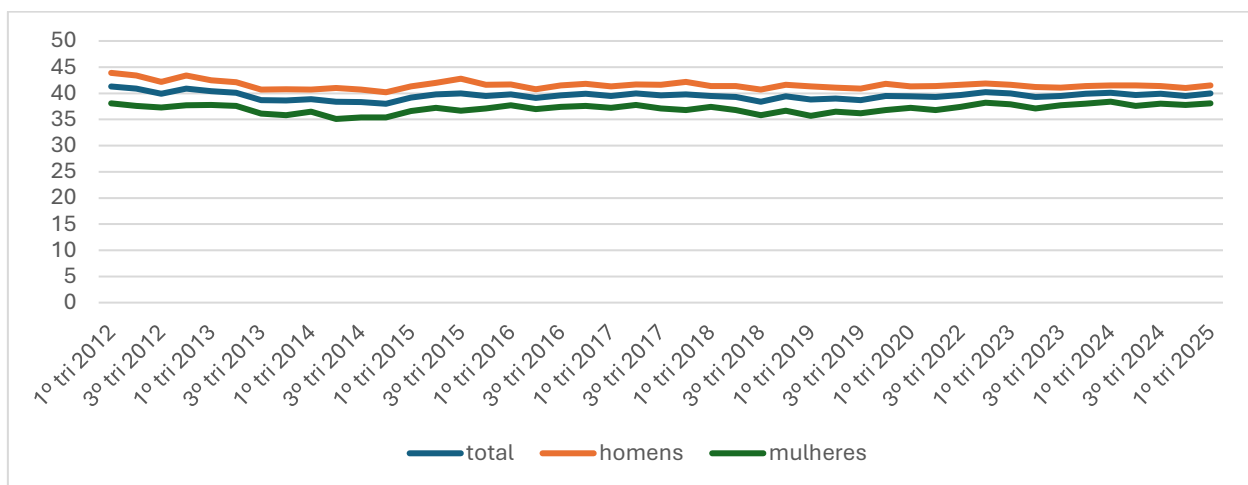
Imagem 6: Taxa de informalidade da força de trabalho, por sexo, em Campo Grande



Fonte: IBGE (2025).

Na Imagem 07 estão os dados referentes à média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal para os trabalhadores da cidade de Campo Grande. A média geral de horas é igual a 39,54, enquanto para os homens essa média é de 41,56 horas e para as mulheres é de 37,08 horas. Aqui, os dados obtidos na pesquisa reforçam o que as estatísticas oficiais apontam: jornadas exaustivas, iguais ou superiores às 40 horas semanais, são uma realidade mais que comum no Brasil.

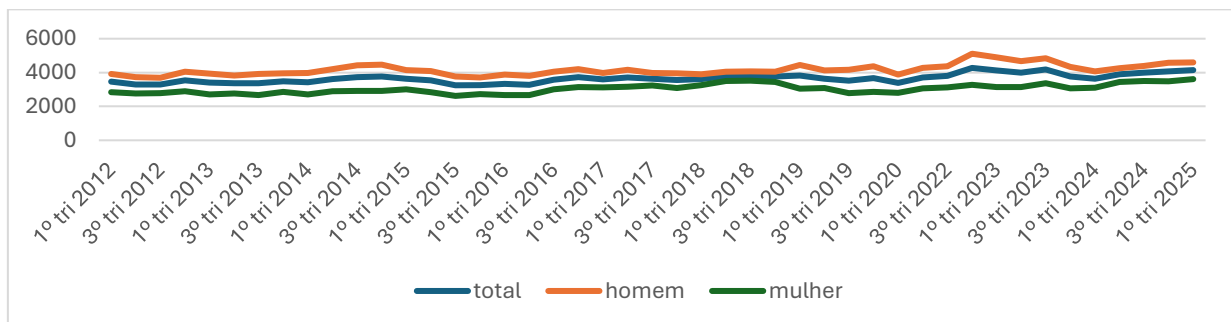
Imagem 7: Média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, em Campo Grande



Fonte: IBGE (2025).

Já na imagem 08 estão representadas as médias dos rendimentos mensais reais com o trabalho principal para os trabalhadores de Campo Grande. Para a série histórica, o rendimento mensal médio foi de R\$ 3.655,68. Para os homens, foi de R\$ 4.160,46, e para as mulheres de R\$ 3.038. Novamente, os dados da pesquisa conformam os dados oficiais, indicando que as mulheres possuem, na média, uma remuneração inferior aos homens.

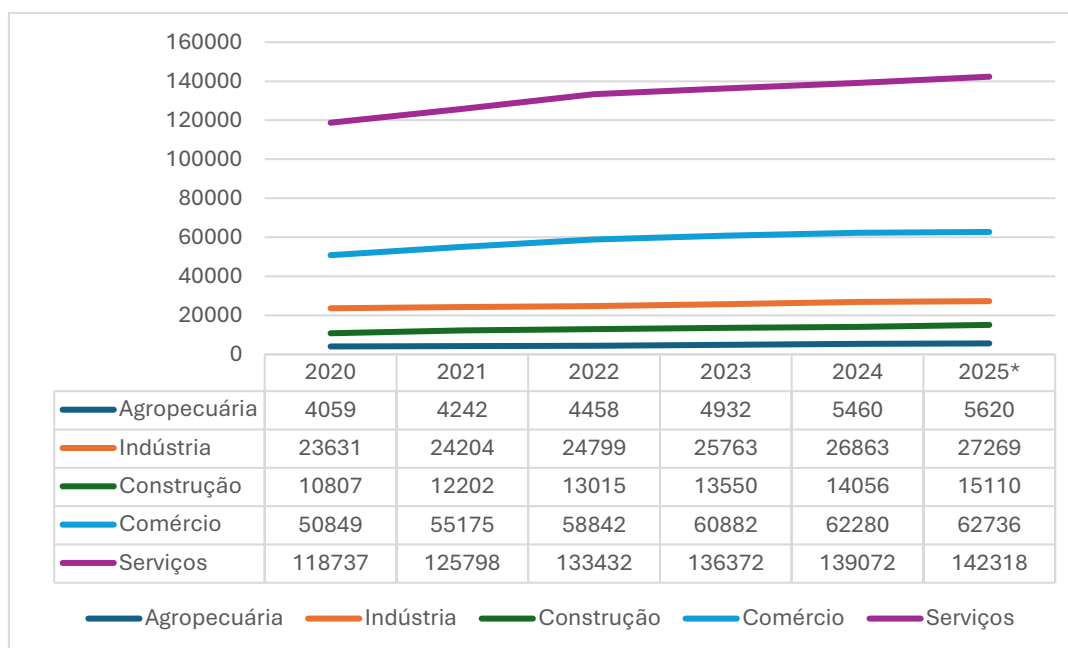
Imagem 8: Rendimento médio mensal real com o trabalho principal, em Campo Grande



Fonte: IBGE (2025).

Quanto ao saldo de empregos por Grande Grupamento de Atividade Econômica, os dados fornecidos pelo Novo CAGED demonstram uma relativa estabilidade do saldo de empregos nos setores da Agropecuária, da Indústria e da Construção e um leve crescimento do saldo de Serviços e de Comércio, setores comumente associados a longas jornadas e baixa remuneração.

Imagem 9: Saldo de empregos por Grande Grupamento de Atividade Econômica, em Campo Grande



Fonte: CAGED (2025).

Portanto, à guisa de conclusão desta caracterização recente do mercado de trabalho campo-grandense, sumariza-se que:

Quanto à taxa de participação, uma média de 66,69% da população em idade de trabalhar está ocupada (trabalhando ou procurando um emprego). Isto indica que, apesar de não representar uma proporção muito baixa, ainda sim aponta que aproximadamente 33,31% da PIA não está no mercado de trabalho, por motivos aqui não aparentes;

Já em relação à taxa de ocupação, cuja média da série histórica aqui apresentada corresponde a 62,84%, indica que este percentual da PIA trabalhou pelo menos uma hora durante a semana de referência da pesquisa. Todavia, indica também que 37,16% dessa parcela da população não trabalhou neste mesmo período. Uma grande quantidade de pessoas não trabalhou por não achar emprego ou por ter trabalhado horas insuficientes, apontando a fragilidade do mercado de trabalho local em absorver uma parcela significativa da PIA durante o período considerado;

A taxa de desocupação, por sua vez, vem indicando uma queda constante da desocupação da força de trabalho em Campo Grande a partir do segundo semestre de 2020. Fica o questionamento se esta é uma estatística positiva ou negativa, já que pode indicar que menos pessoas estão efetivamente procurando um emprego e/ou que mais

pessoas não estão procurando um emprego por estarem sendo dirigidas a mercados informais;

De modo similar à taxa de desocupação, a taxa de informalidade vem reduzindo desde 2020. Entretanto, ao fazer uma separação por sexo, fica evidente que a informalidade, em Campo Grande, é superior para os homens para quase todos os períodos da série;

Em relação à quantidade de horas efetivamente trabalhadas, em Campo Grande a média da série histórica é igual a 39,54 horas. Esse valor evidencia que trabalhar jornadas longas, próximas das 40 horas semanais, é a realidade do trabalhador campo-grandense;

O rendimento mensal médio em Campo Grande, para a série considerada neste trabalho, é de R\$ 3.655,68. Ou seja, um salário que sozinho, é incapaz de sustentar uma família, como será indicado no capítulo seguinte.

A distribuição do trabalho por grandes agrupamentos de atividades econômicas indica uma economia concentrada nos setores de serviços e de comércio, com relativo pouco trabalho alocado na indústria, na agropecuária e na construção.

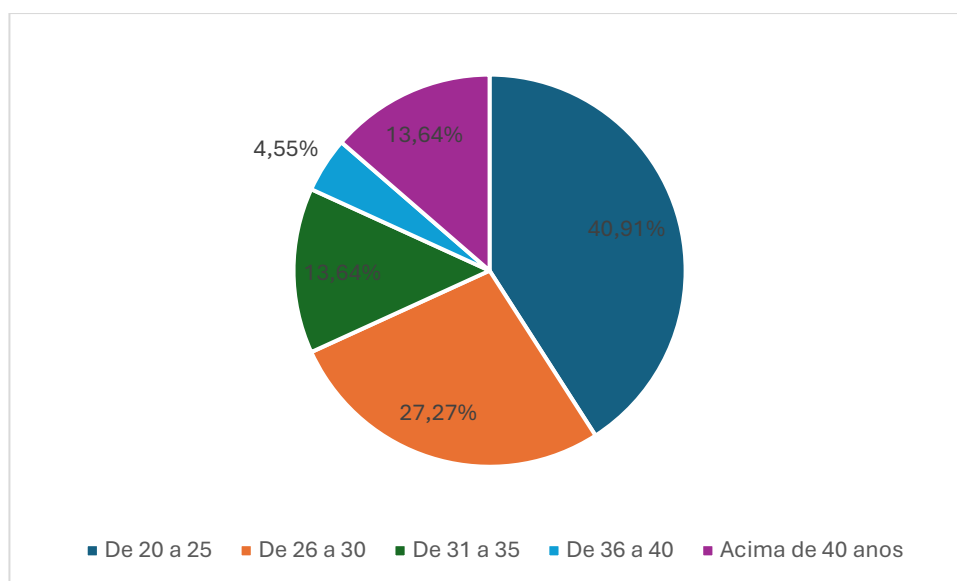
Desta forma, o mercado de trabalho de Campo Grande pode ser caracterizado como estável em relação à geração de empregos, com alta informalidade, baixos rendimentos e longas jornadas semanais de trabalho, características básicas da caracterização de uma economia dependente, aqui em uma escala municipal.

A fim de identificar se estas características são dadas também no caso do mercado de trabalho por aplicativos na Capital, especialmente no caso dos trabalhadores de aplicativos do ramo de entregas de alimentos, o foco desta pesquisa, no próximo capítulo são apresentados os resultados da presente investigação.

5. Resultados

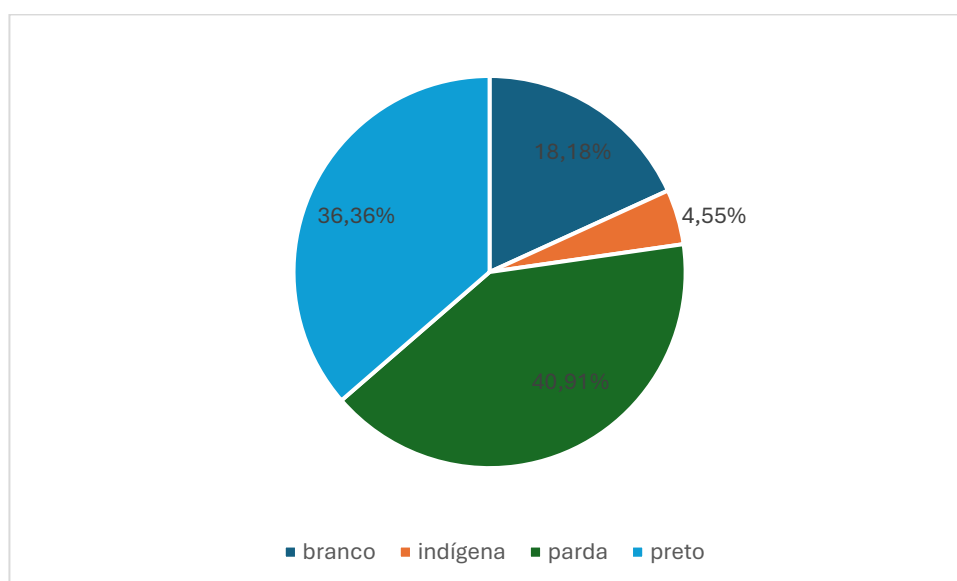
Aqui serão apresentados os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas em Campo Grande. Essas entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2024 e em quantidade igual a 22. Dessas 22, 19 dos entrevistados foram homens e 3 mulheres. Algumas outras informações gerais sobre os entrevistados estão nas imagens 10 e 11.

Imagem 10: Idade dos entrevistados



Fonte: a autora (2025)

Imagem 11: Autodeclaração de cor/raça



Fonte: a autora (2025)

Então as primeiras informações obtidas com a amostra entrevistada são que há uma maioria de homens no serviço de entregas de alimentos por aplicativos em Campo Grande. Esses entrevistados são, também, jovens, com 40,91% tendo menos de 25 anos e majoritariamente pardos (40,91%).

A tabela 2 traz os dados referentes ao salário-mínimo necessário disponibilizado pelo Dieese para o primeiro semestre do ano de 2024. Esses serão os dados básicos para o estabelecimento da comparação entre a remuneração no trabalho uberizado e a remuneração mínima para a manutenção de uma família no Brasil, considerados por Luce (2018) como uma aproximação para a determinação da forma preço do valor da força de trabalho, levando em conta o elemento histórico-cultural determinante do valor.

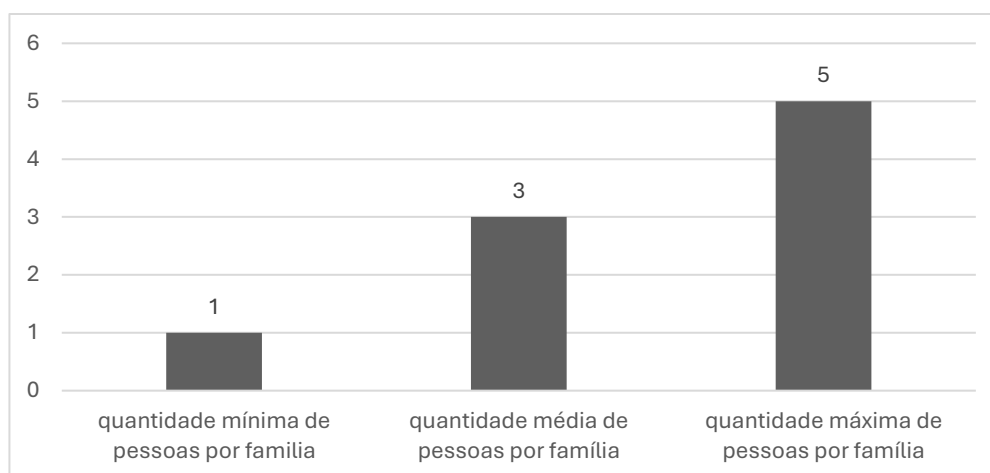
Tabela 2: Salário-mínimo necessário

Mês	Salário-mínimo necessário
Janeiro	6723
Fevereiro	6996
Março	6832
Abril	6913
Mai	6946
Junho	6995
Julho	9803
Média	6946

Fonte: Dieese (2024).

Complementando a informação sobre o salário-mínimo necessário, na imagem 12 estão indicadas as quantidades mínima, máxima e média de membros das famílias dos entrevistados.

Imagem 12: Quantidade de pessoas por família



Fonte: a autora (2025).

A tabela 3 expõe os dados obtidos através dos questionários aplicados em Campo Grande referentes à remuneração dos trabalhadores de aplicativos de entregas de comida somente com essa forma de trabalho. Destaca-se que, apesar de nenhum dos entrevistados afirmar receber uma remuneração inferior ao salário-mínimo nacional para o ano de 2024, R\$1412,00 (Brasil, 2023), tomando por base de comparação a média do salário-mínimo necessário para os seis primeiros anos de 2024, apenas um auferiu renda superior ao determinado pela estimativa do Dieese.

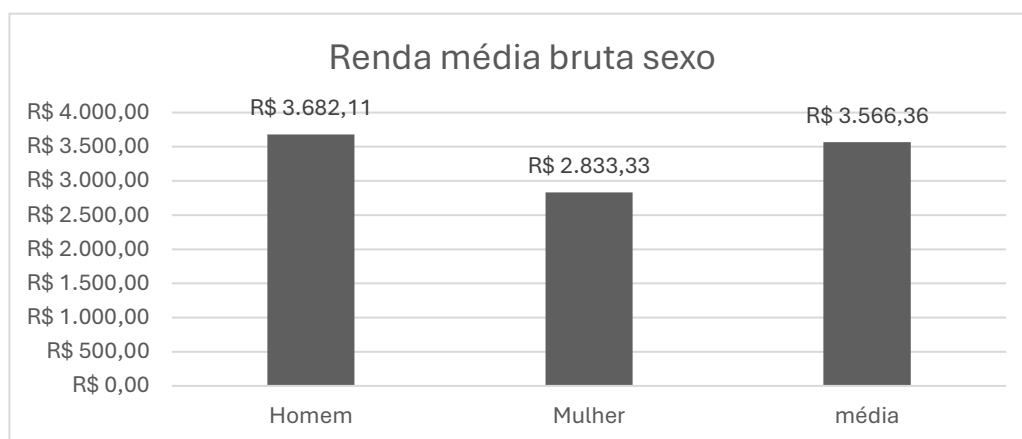
Tabela 3: Remuneração dos trabalhadores entrevistados em Campo Grande

Faixa salarial	Quantidade
>1500	0
1501-2000	2
2001-2500	3
2501-3000	3
3001-3500	6
3501-4000	2
4001-4500	2
4501-5000	1
5001-5500	1
5500-6000	1
7000≤	1
Total	22

Fonte: a autora (2025).

E na imagem 13 está a renda bruta dos entrevistados, por sexo, e a média total. Aqui é possível perceber que as mulheres recebem, em média, R\$ 848,78 a menos que os homens, apesar de realizarem exatamente o mesmo trabalho.

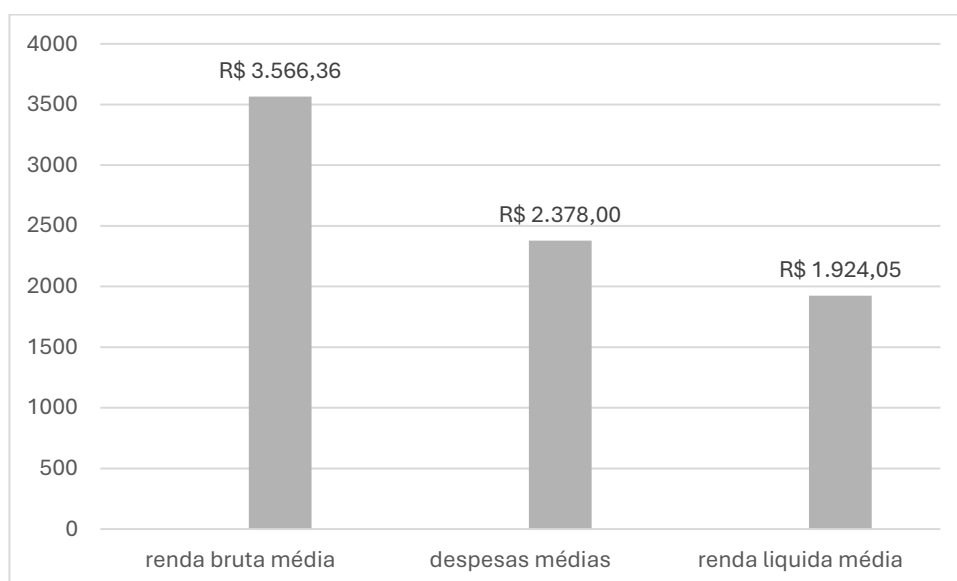
Imagem 13: Renda Bruta, por sexo



Fonte: a autora (2025).

Já na imagem 14 estão as médias para as rendas bruta e líquida, e a média das despesas dos entrevistados. Como é possível observar, após a redução das despesas vinda da atividade laboral, como cuidados com a motocicleta (todos os entrevistados utilizam este meio de transporte para realizar as entregas), alimentação e pagamento do plano de dados de internet, da renda bruta, a renda líquida, a efetivamente disponível para que os trabalhadores viabilizem a sua reprodução, fica pouco superior ao salário-mínimo brasileiro e bem abaixo do salário-mínimo necessário. Com isto, fica evidenciada a primeira faceta da superexploração: a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor.

Imagem 14: Médias das rendas bruta e líquida e despesas



Fonte: a autora (2025).

A tabela 4 traz os resultados obtidos nas entrevistas em relação à duração diária das jornadas de trabalho com aplicativos para Campo Grande. Destaca-se que as jornadas menores são realizadas por entregadores que distribuem sua jornada entre dois empregos, sendo um deles de tipo CLT (ex: realiza uma jornada celetista em horário comercial e as entregas por aplicativos durante a noite e os finais de semana). Considerando a legislação brasileira, que regulamenta as 40 horas semanais de trabalho (Brasil, 1988), somente 40,9% dos trabalhadores entrevistados conseguem se adequar a esse padrão, com os demais (59,09%) realizando jornadas superiores ao estabelecido na norma nacional.

Tabela 4: Duração média da jornada diária dos trabalhadores de aplicativos em Campo Grande

Duração da jornada (horas)	Quantidade
>5	5
5-6	0
6-7	3
7-8	1
8-9	2
9-10	3
10-11	1
11-12	3
12<	4
Total	22

Fonte: a autora (2025).

Aqui entende-se que os trabalhadores de aplicativos entrevistados são trabalhadores informais, já que estes indicaram, em sua maioria, trabalhar para os aplicativos sem vinculação laboral, sem um contrato, e sem registro de atividade de microempreendedor individual (MEI), o que explicita o dado sobre informalidade na caracterização do mercado de trabalho local e torna ainda mais brutais os dados referentes à duração, remuneração e custos com a jornada de trabalho.

Aqui será aberto um parêntesis para trazer informações adicionais tiradas das entrevistas, mas não diretamente obtidas através do roteiro. A jornada média diária dos entrevistados ficou em torno das 8,7 horas (8h 42min) e a quantidade média de dias trabalhados ficou em 6 dias. Disto, temos que a jornada média mensal é de 208,8 horas (8 dias e 16 horas). Entretanto, ao se considerar a média de pedidos diários (Tabela 2) de 14,7 pedidos por dia, com gasto de tempo de 23,49 min, as horas efetivamente trabalhadas, ou seja, aquelas de fato fazendo entregas, fica em torno de 5,7 horas diárias (5h 42min). Ou seja, os trabalhadores ficam em torno de 3 horas diárias apenas esperando

receber chamados para realização de entregas, não recebendo por esse momento de espera.

Na tabela 5 são apresentados os dados obtidos para a quantidade média de pedidos entregue por dia da semana. Aqui podem ser destacadas duas informações: a média de 14,7 pedidos por dia durante a semana e como esta média é incrementada para 16,01 durante os finais de semana. Considerando uma jornada média diária para a cidade de Campo Grande de 8,65 horas, temos uma média de 1,69 pedidos por hora, ou seja, quase dois pedidos são entregues por hora trabalhada.

Tabela 5: Média de pedidos entregues por jornada diária em Campo Grande

Dia da semana	Média de pedidos por jornada
Segunda	14,02
Terça	14,02
Quarta	14,34
Quinta	13,9
Sexta	14,62
Sábado	16,22
Domingo	15,8
Média	14,7

Fonte: a autora (2025)

Com os dados apresentados nessas duas tabelas, 4 e 5, compreende-se que as jornadas acima das 8 horas diárias, como estabelecido na legislação brasileira, são a norma para os trabalhadores de entrega por aplicativos aqui entrevistados. Ao mesmo tempo, apesar das longas jornadas, a intensidade da jornada é relativamente baixa, de menos de dois pedidos por hora, de modo que grande parte da jornada é efetivamente dada esperando pelos pedidos. Nesses momentos, os trabalhadores não estão recebendo, apesar de estarem disponíveis para o trabalho.

Então, é evidenciada a segunda faceta da superexploração da força de trabalho: o prolongamento da jornada, que se torna cada vez mais exaustiva. Entretanto, com uma pitada a mais de precarização da jornada: apesar das longas jornadas, boa parte dela é feita em momentos de espera pelo serviço/ trabalho em si, ocasionando em não recebimento de salário.

Na tabela 6, estão indicados os dados para a situação do veículo utilizado para as entregas, entendidos aqui como um indicador de endividamento para a realização da atividade laboral. 40,9% dos entrevistados afirmam estar endividados com os veículos,

alugando ou pagando financiamentos. O entrevistado que afirmou sua situação como “outro” explicou estar alugando uma moto, mas possuindo uma já totalmente paga.

Ou seja, aqui é evidenciada a terceira faceta da superexploração: o fundo de consumo dos trabalhadores é transformado em fundo de acumulação de capital, tendo em vista que parte do salário que poderia ser utilizado para a reprodução dos trabalhadores e de suas famílias é utilizado para alugar ou financiar um veículo que será utilizado para a realização da atividade laboral.

Tabela 6: Situação de endividamento com veículo em Campo Grande

Situação do veículo	Quantidade
Alugada	1
Financiada	8
Totalmente paga	12
Outro	1
Total	22

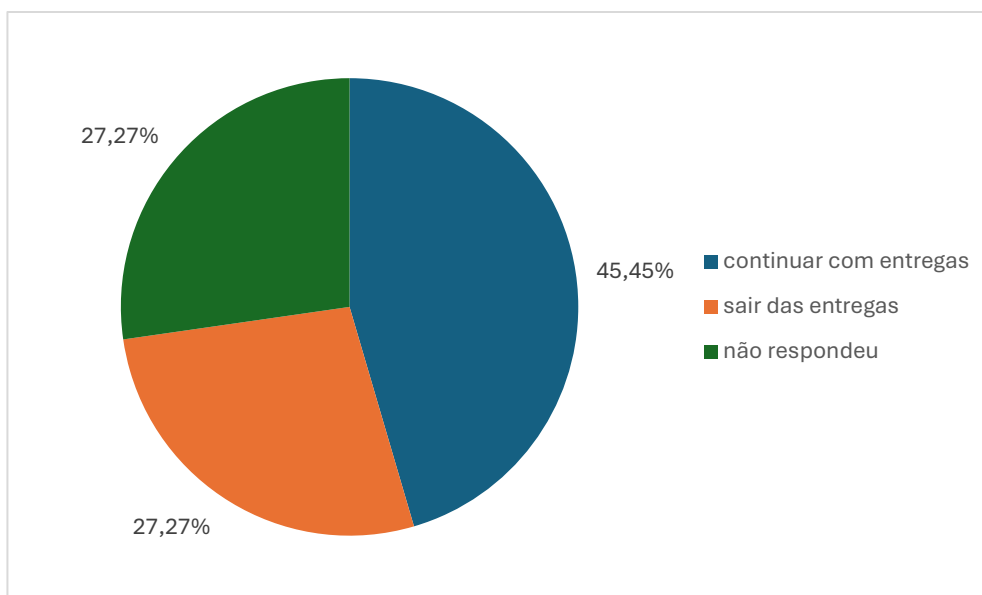
Fonte: a autora (2025)

Quanto à ocorrência de acidentes, desde que começaram a trabalhar no serviço de entregas por aplicativos, 12 dos 22 entrevistados afirmaram ter sofrido acidentes de trânsito. Entretanto, não foi possível obter a informação de quantidade de acidentes pelas quais cada um dos entrevistados que afirmou ter passado por esse tipo de situação sofreu, motivo de fragilidade de quaisquer conclusões que poderiam ser tiradas aqui além de que o risco de acidentes de trânsito é extremamente alta entre estes trabalhadores, com 54% dos entrevistados já tendo passado por essa experiência enquanto realizando seu trabalho.

Outros dois fatos associados a essa observação estão na declaração, por parte dos entrevistados, que as empresas de entregas não fornecem nenhum tipo de EPI necessário à sua proteção e que, em caso de acidentes, há uma enorme dificuldade de contato com as empresas, e que estas não fornecem nenhum tipo de apoio aos acidentados, que deixam de auferir renda quando se acidentam.

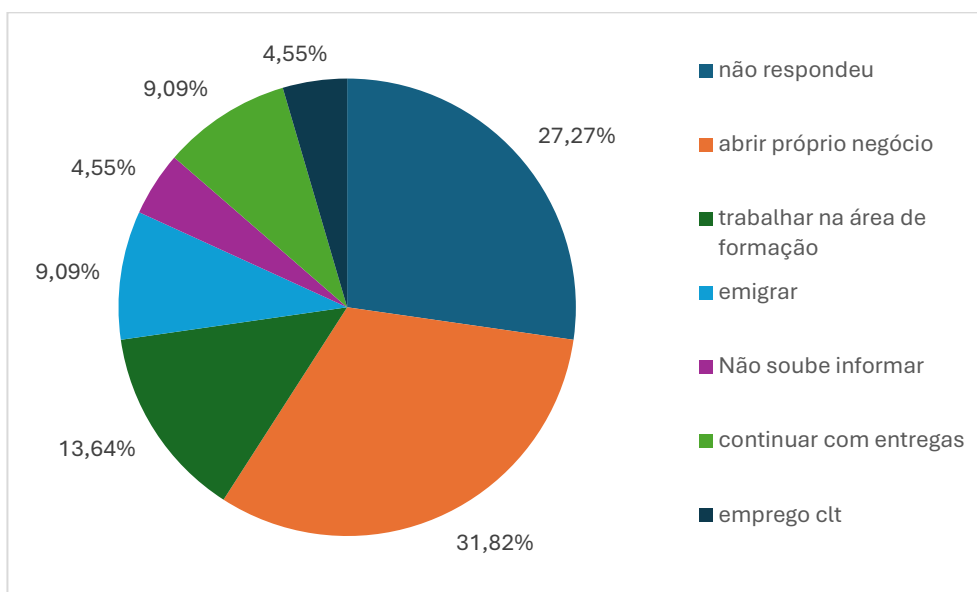
Por fim as últimas duas imagens, 15 e 16, questionam como os entrevistados se veem num futuro próximo (2 anos) e em médio prazo (10 a 15 anos).

Imagem 15: Como os entrevistados se veem daqui 2 anos



Fonte: a autora (2025)

Imagem 16: Como os entrevistados se veem daqui 10-15 anos



Fonte: a autora (2025)

Desta forma, podemos perceber que o que é afirmado para a economia brasileira como um todo desde a década de 1970 pode ser percebido tanto em escala municipal, como foi demonstrado no capítulo anterior, quanto ao se observar as novas formas de trabalho: a economia brasileira continua sendo dependente e a superexploração da força de trabalho é, portanto, sua base.

Ou seja, as chamadas novas formas de trabalho, neste caso, o trabalho mediado por aplicativos, replica tendências bastante antigas, de manutenção de um mercado de trabalho precário, excludente e que visa manter as disparidades sociais de um país historicamente agrário, racista e machista e que acaba por tornar o pauperismo das massas e a violência de classe inevitáveis.

6. Considerações finais

Retomando o que foi exposto na introdução deste trabalho, a questão norteadora da pesquisa foi “É possível identificar a plataformização do trabalho como uma nova forma de intensificação da categoria de superexploração?”. Entendo que sim, é possível entender a plataformização do trabalho como uma intensificação da categoria de superexploração da força de trabalho.

A motivação para tal afirmação está no que foi demonstrado nas partes quatro e cinco deste trabalho: tomando por ponto de partida o fato de que a força de trabalho é superexplorada no Brasil e, em especial, em Campo Grande, os trabalhadores uberizados participantes desta pesquisa parecem estar numa situação ainda pior que o considerado normal para a população trabalhadora de Campo Grande; apesar de a jornada média ser parecida com a do trabalhador médio campo-grandense, a remuneração bruta é ligeiramente inferior mas atentando para o fato de que os trabalhadores participantes da pesquisa não possuem direitos laborais, de modo que os custos relacionados ao serviço (manutenção da moto, documentação, alimentação e afins) são descontados de seu rendimento bruto, de modo que após a contabilização destes custos, a renda efetivamente disponível é bem inferior à auferida com o trabalho.

Portanto, a uberização/ o trabalho mediado por aplicativos representa subordinação disfarçada de autonomia, assalariamento dissimulado como meritocracia (no sentido de “você ganha o tanto quanto se esforça”) e de liberdade, já que os dados aqui trazidos e reafirmados em diversos outros trabalhos mostram que não existe liberdade quando se trabalha seis dias por semana, por mais de oito horas diárias. Ainda, é um movimento de generalização de perda de direitos e de alastramento da informalidade para as mais diversas atividades laborais, num país historicamente determinado como detentor de um grande exército industrial de reserva e de grandes massas marginais de trabalhadores, que passam a vida toda exercendo atividades tipo “bico” para sobreviver.

Dessa forma, a superexploração da força de trabalho no Brasil se mantém como uma categoria atual e relevante, mas ressignificada, dadas as transformações no regime de acumulação do capital, no surgimento de novas tecnologias e suas aplicações na organização e na realização do trabalho.

Quanto ao objetivo da pesquisa, o de apreensão do fenômeno da plataformização do trabalho, no contexto da economia dependente brasileira, considero que este foi atingido:

a plataformização do trabalho numa economia dependente não é simplesmente precarização, tendo em vista que esta é a condição habitual do mercado de trabalho numa economia dependente, mas sim uma liberalização generalizada da precarização. Neste movimento atividades protegidas perdem essa caracterização e quem já precisava lutar para apenas sobreviver agora precisa de fazê-lo com mais intensidade.

Todavia este não é um fenômeno que atinge somente o mercado de trabalho, estando inserido num movimento muito maior de destruição e criação de novas condições num patamar pior, tendo em vista que a sociabilidade do capital não é dada somente pela produção, mas também está na sua reprodução, afetando as formas como os seres humanos se relacionam com a sua própria espécie e com o planeta (vide as catástrofes humanitárias como o genocídio palestino e a crise climática).

Portanto, cabe sempre um regresso à 11^a Tese sobre Feuerbach (Marx & Engels, 2023): este não é um trabalho de interpretação do mundo. Se almeja que seja muito mais, um instrumento de transformação social.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr/ jun de 2020.
- _____. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**. Porto Alegre. n. 57. p. 26-56. mai-ago 2021.
- ABÍLIO, L. C. SANTIAGO, S. M. Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos motofrentistas na cidade de Campinas. Campinas, Diretoria executiva de Direitos Humanos, Unicamp, 2024.
- ANTUNES, Ricardo. Introdução: A substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2ª impressão, 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2023a.
- _____. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023b. p. 13-39.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4ª edição. Florianópolis: Editora Insular, 2019.
- BARRETO, Eduardo Sá. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BASSO, Pietro. **Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- BENINI, Édi Augusto. BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista Organizações & Sociedade**. v.17, p. 605-619. Outubro- Dezembro de 2010.
- BENINI, Elcio Gustavo. NASCIMENTO, Daniel Teotonio do. OLIVEIRA, Eziel Gualberto de. As consequências epistemológicas da descentralidade do trabalho no materialismo histórico. **Revista Trabalho (En)Cena**. v. 01, n. 02, p. 36-48. Jul./Dez de 2016.
- BOTELHO, Joacy Machado. CRUZ, Vila Aparecida Gimenes da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
- BRASIL. [Constituição (1998)] Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abril de 2024.
- _____. Projeto de Lei Complementar 12/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2419243#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de,melhoria%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho>. Acesso em: abril de 2024.
- _____. Salário mínimo de 2024 terá ganho real e crescerá três pontos percentuais além dos 3,85% da inflação. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/salario-minimo-de-2024-tera-ganho-real-e-crescera-3pp-alem-dos-3-85-da-inflacao>. Acesso em 23 de setembro de 2024.

- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. **Serviço social & sociedade**. São Paulo, v. 143, n. 3. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.332>.
- CASAGRANDE, Lucas; ZAMORA, Martín A. M.; OVIEDO, Carlos F. T. Motorista de Uber não é empreendedor. **Revista de Administração Mackenzie**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 1-24. doi: 10.1590/1678-6971/eRAMG210003. 2020.
- CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: O capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- CHIMIINI, Letícia. **A questão agrária no capitalismo dependente: elementos da questão social e resistência do campesinato brasileiro**. Curitiba: Appris, 2024.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2023.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: abril de 2024.
- DILIGENTI, Marcos Pereira; ARAUJO, Ricardo Souza. Nova Previdência: o austericídio neoliberal sob a ótica da teoria marxista da dependência. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v.18, n. 1, p. 67-77, jan/jun de 2019.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução histórica do Brasil: Da colônia à crise da “Nova República”**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos de juventude**. Tradução: Nélcio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. **Resumo de O capital**. Tradução: Nélcio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2023a.
- _____. **Do Socialismo utópico ao socialismo científico**. 3ª edição. São Paulo: Edipro, 2023b.
- FARDIN, Merci Pereira. JUSTO, Rafael Breda. DOMINCZAK, Pedro Rozales Rodero. O papel do Estado no moderno sistema de crédito. In: MELLO, Gustavo moura de Cavalcanti. NAKATANI, Paulo (orgs.). **Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- FARIA, José Henrique de. **Introdução à epistemologia: Dimensões do ato epistemológico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.
- FERRAZ, Janaynna de Moura. **Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. DUTRA, Renata Queiroz. Terceirização e uberização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 193-209.
- FILGUEIRAS, Vitor. ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2022.

- FONTES, Virginia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.
- _____. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Anais da 72ª Reunião Anual da SBPC**. 2020. Disponível em: <https://reunioes.sbpcnet.org.br/72RA/textos/CO-VirginiaFontes.pdf>. Acesso em: março de 2024.
- FORMAGI, Lenina. *et al.* A superexploração do trabalho no Brasil: algumas evidências da atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. *In: Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. Curitiba: Editora CRV, 2012. p. 111-126.
- FRANCO, David Silva. FERRAZ, Deise Luiza da Silva. FERRAZ, Janaynna de Moura. Economia Política da Uberização: A exploração dos trabalhadores conforme as três formas de intermediação do trabalho nas empresas-plataforma. **Revista Organizações & Sociedade**. v. 30, n. 105, p. 367-396. 2023. DOI: 10.1590/1984-92302023v30n0012PT.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.
- GONZALBO, Fernando Escalante. **História Mínima do neoliberalismo: uma história econômica, cultural e intelectual do nosso mundo, de 1975 até hoje**. Tradução: Marcelo Barbão. São Paulo: Veneta, 2024.
- GRESPLAN, Jorge. A crise de sobreacumulação. **Crítica Marxista**. N 29, p. 11-17. 2009.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 26ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2016.
- HEINRICH, Michael. **Introdução a O Capital de Karl Marx**. Tradução: César Mortari Barreira. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HISSL, Christina. *Et al.* **Trabalho em plataformas: regulamentação ou desregulamentação?: O exemplo da Europa**. Tradução: Pedro Davoglio. Coordenação: Ricardo Antunes. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Glossário da PNADC mensal. 2016. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/. Acesso em: Agosto de 2025.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 03 de junho de 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Renda média do trabalhador brasileiro cresce 4,0% no primeiro trimestre de 2024 na comparação com o primeiro trimestre de 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15092-renda-media-do-trabalhador-brasileiro-cresce-4-0-no-primeiro-trimestre-de-2024-na-comparacao-com-o-primeiro-trimestre-de-2023>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.
- LEITE, Márcia de Paula. BONO, Andrea Del. LIMA, Jacob Carlos. O trabalho de plataforma no Brasil e na Argentina: uma visão comparada. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 11, n. 29, p. 41-68, set-dez 2023. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.954>.

- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias-uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). World Employment and Social Outlook 2015: The Changing Nature of Jobs. 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Dialética da dependência” e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 167-216.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. v. 1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 35ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. v. 2. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 33ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução: Mario Duayer e Nélcio Schneider. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2021ª.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 12ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2021b.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner**. 5ª reimpressão. Petrópolis: Vozes de Bolso. 2023.
- MATTEI, Clara E. **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MELGES, Fábio. **Diante da Lei: percursos e discursos da precarização flexível do trabalho**. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2022.
- MENDONÇA, Mateus. WOODCOCK, Jamie. GROHMANN, Rafael. Composição de classe para entender o trabalho por plataformas e suas lutas: O caso dos entregadores brasileiros no Reino Unido. In: FESTI, Ricardo. NOWAK, Jörg (Org.). **As novas infraestruturas produtivas: digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2024.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. **A Teoria da alienação em Marx**. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MORETTIN, Pedro A. Bussab, Wilton O. **Estatística básica**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre “O Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Painel de Informações do Novo Caged. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 03 de junho de 2025.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto de. **A crise social do emprego e a ampliação dos trabalhadores assalariados por conta própria**. Tese (Doutorado em Administração). Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2022.

OSORIO, Jaime. América Latina: Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime. LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. O novo padrão exportador de especialização produtiva – Estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime. LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. América Latina: O novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime. LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012c.

_____. La noción patrón de reproducción del Capital. **Cuadernos de Economía Crítica**. v. 1, n.1, p. 17-36. 2014. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5990493>.

PARANÁ, Edemilson. Crise do neoliberalismo ou neoliberalismo de crise? Hipóteses sobre a estranha resiliência da economia neoliberal. In: BRANCO, Felipe Castelo. YAZBEK, André (orgs.). **Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia**. Recife: Editora Ruptura, 2023.

PATNAIK, Utsa. PATNAIK, Prabhat. **Uma teoria do imperialismo**. Tradução: João Vitor R. N. de Oliveira e Fernando Savella. Recife: Editora Ruptura; São Paulo: LavraPalavra Editorial, 2024.

PAULANI, Leda Maria. Autonomização das formas sociais e crise. **Crítica Marxista**. n. 29, p. 25-31. 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRAUN, Luci. ANTUNES, Ricardo. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 179-192.

RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão. A Escravidão digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora. Florianópolis. **Revista Katálisis**. V. 23, n. 3, p. 510-518. Set-dez de 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p510>.

RICHARSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. ALMEIDA, Jalcione. Plataformização do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 9-16, mai-ago de 2021. DOI:

<http://doi.org/10.1590/15174522-117636>

- ROSSI, Pedro. DWECK, Esther. OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.
- SAWAYA, Rubens. Dependência estrutural e reprimarização da América Latina: apontes de Ruy Mauro Marini. **Reoriente**. v. 2, n. 2, jul-dez de 2022, p. 192-215. DOI: 10.54833/issn2764-104x.v2i2.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
- SMITH, John. **Imperialismo no século XXI: globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- SOARES, Marcela. **Escravidão e Dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- SOUZA, Christiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec, 2020.
- VERAS DE OLIVEIRA, Roberto. BRIDI, Maria Aparecida. Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 11, n. 29, p. 5-13, set-dez 2023. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.988>.
- VIDIGAL, Viviane. **Capitalismo de plataforma: as facetas e as falácias**. Leme: Mizuno, 2023.

ANEXO I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O título da pesquisa é “RELAÇÕES DE TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS: FATOR DE REPADRONIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA?”.

O objetivo desta pesquisa é analisar como a disseminação das plataformas digitais na América Latina se beneficiam das condições de trabalho predominantes na região e, ao mesmo tempo, como influenciam essas condições.

O pesquisador responsável por essa pesquisa é Roberto Vêras de Oliveira, Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados quantitativos serão tratados de modo agregado e quanto aos dados qualitativos, sempre que for necessária a reprodução de recortes de falas dos entrevistados em textos e relatórios, será usado um pseudônimo (um nome inventado).

As informações serão obtidas por meio de entrevistas individuais gravadas (presenciais ou virtuais), com duração de cerca de 2 horas. As gravações serão feitas apenas em áudio, para posteriormente serem transcritas e analisadas, não havendo uso de imagem e de som nas análises. As perguntas se referem às condições de trabalho e de remuneração dos entregadores de aplicativos. Também abordam as formas de ação e de organização coletivas, assim como o debate parlamentar e jurídico sobre a regulamentação dessa forma de trabalho.

Sua participação envolve riscos, que podem estar relacionados a cansaço, a constrangimentos ou a riscos de outro tipo. Por isso, a importância deste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender como funciona o serviço de entrega por aplicativos e quais as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos. Com isso, pretende-se melhor avaliar as implicações da expansão dessa atividade na economia, no Brasil e na América Latina, e produzir contribuições para a sua regulamentação pública.

Assim, você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar dessa pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade.

Os custos de sua participação na pesquisa, e de seus acompanhantes, serão ressarcidos pelo pesquisador responsável.

Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável.

Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante.

Os pesquisadores poderão contar para você os resultados da pesquisa quando ela terminar, se você quiser saber.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível para leitura no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do endereço Universidade Federal da Paraíba. Campus I, Castelo Branco, João Pessoa-PB. CEP: 58051-900, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, pelo telefone celular 83 996138000 ou pelo e-mail roberto.veras.2002@gmail.com

Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba, situado no Campus I, Castelo Branco, João Pessoa-PB, CEP: 58051-900, Centro de Ciências da Saúde – CCS, 1º andar, telefone (83) 3216 7791, Horário de Funcionamento: 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 hs, ou pelo e-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br.

No caso de aceitar fazer parte como participante, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias desse documento. Uma via é sua. A outra via ficará com o

pesquisador.

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante de pesquisa:

Assinatura: _____ . Local/data: _____, __/__/_____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável Principal: **Roberto Véras de Oliveira**

Assinatura: _____ . Local/data: _____, __/__/_____

Nome do/a Pesquisador/a Responsável Local:

Assinatura: _____ . Local/data: _____, __/__/_____

**ANEXO II: PESQUISA “ENTREGADORES DE MERCADORIAS DE
PLATAFORMAS DIGITAIS NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES PARA
AS DINÂMICAS LABORAIS”**

Roteiro de Entrevista com Entregadores

(Para ser respondido pelo/a entrevistador/a responsável)

Data de realização da entrevista: ____/____/____

Cidade/País: _____

Entrevistador/a(es/as): _____

A entrevista foi realizada

☐ presencialmente

☐ por meio virtual

Local de realização da entrevista (caso tenha ocorrido presencialmente):

Estratégia de escolha dos entrevistados:

☐ por meio de lideranças

☐ por meio de relações pessoais

☐ aleatoriamente

☐ por outro meio. Qual: _____

ATENÇÃO / RECOMENDAÇÃO:

Sugerimos que a amostra dos entrevistados busque contemplar os principais tipos de entregadores que atuam na cidade, levando em conta principalmente diferenças de gênero, etnia-raça, nível de envolvimento com ações coletivas e veículo que usa (moto ou bicicleta).

1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1.1. Como você se define em relação ao seu gênero?

Homem	()
Mulher	()
Outro: _____	()
Prefiro não responder	()

1.2. Qual é seu estado civil? [Nota para o entrevistador: em um primeiro momento não é necessário apresentar a lista. Se necessário, explicar que “união estável” é um casamento informal]

Solteiro (a)	()
Casado (a)/União estável	()
Separado (a)/Divorciado(a)	()
Viúvo (a)	()
Outro	()

1.3. Qual é sua participação na renda familiar? [Nota ao entrevistador: as opções devem ser apresentadas imediatamente após formulada a pergunta] com quem mora e renda

Moro sozinho e dependo exclusivamente do meu ganho	()
Vivo com meus pais e complemento a renda familiar	()
Vivo com meus pais e sou principal responsável para sustentar a família	()
Vivo com meu cônjuge e sou o principal responsável para sustentar a família	()
Vivo com meu cônjuge e divido a responsabilidade com ela/ele o sustento da família	()
Outra situação. Qual?	()

1.4. Qual sua religião? [Nota ao entrevistador: em um primeiro momento não é necessário apresentar a lista]

Católica	()
Evangélica	()
Outras religiões cristãs	()
Judaica	()

Muçulmana	()
Umbanda	()
Candomblé	()
Espírita	()
Sem religião	()
Outra: _____	

1.5. Qual é a sua idade?

_____ anos

1.6. Atualmente está estudando (ensino regular)?

Sim	()
Não	()

1.7. Até onde você chegou nos seus estudos? [Nota ao entrevistador: em um primeiro momento não é necessário apresentar a lista. Quando precisada a resposta, anota-se a opção].

Não frequentou escola regular	()
Estudou mas não ingressou no curso superior (universidade)	()
Ingressou no ensino superior mas não concluiu	()
Concluiu o ensino superior	()
Nível Pós-graduação	()

1.8. Se estudou, mas não ingressou no curso superior, quantos anos estudou (anos completos)?

1.9. Você tem alguma profissão? [Nota ao entrevistador: explicar que ter uma profissão é ter uma qualificação técnica ou prática]

Não	()
-----	-----

Sim, mas nunca a/as exerci	()
Sim e já exerci uma ou mais de uma	()

1.10. Se tem alguma profissão, qual é o nível de sua formação profissional?

Graduado em	
Técnico (nível médio) em	
Técnico (dissociado da escola regular) em	
Prático em	

1.11. Se tem alguma profissão, qual é / quais são?

1.12. Como se declara quanto a raça/cor? [Nota ao entrevistador: neste caso é bom fornecer as opções no ato da pergunta].

Branca	()
Preta	()
Parda	()
Indígena	()
Amarela (oriental)	()
Prefiro não responder	()

1.13. Qual a sua nacionalidade:

2. CONDIÇÕES DE INGRESSO NO TRABALHO POR APLICATIVOS

2.1. Qual era sua situação ocupacional imediatamente antes de ingressar no trabalho por aplicativos? (escolha uma alternativa). [Nota ao entrevistador: ao invés de ler as opções, melhor é tentar entender a situação do entrevistado e o entrevistador assinala a

opção. Esse procedimento torna menos mecânica a pergunta e suscita que a conversa flua melhor. Se for necessário, leia a lista de opções no correr da conversa].

Nunca trabalhei (não trabalhava e não procurava trabalho).	()	
Já trabalhei mas estava inativo (não trabalhava e não procurava trabalho).	()	Principais atividades que já exerceu:
Era estudante (não trabalhava, não procurava trabalho, mas estudava visando trabalhar).	()	
Estava desempregado (não trabalhava naquele momento, mas procurava trabalho).	()	
Tinha emprego formal (carteira assinada), mas fui demitido.	()	Qual função:
Tinha emprego formal (carteira assinada), mas me demiti para trabalhar com aplicativos.	()	Qual função:
Tinha emprego formal (carteira assinada), continuei com o emprego e passei a trabalhar também com aplicativos	()	Qual função:
Tinha emprego informal (sem carteira assinada), mas fui demitido.	()	Qual função:
Tinha emprego informal (sem carteira assinada), mas me demiti para trabalhar com aplicativos.	()	Qual função:
Tinha emprego informal (sem carteira assinada), continuei com o emprego e passei a trabalhar também com aplicativos	()	Qual função:
Trabalhava por conta própria, mas deixei o que fazia pelo trabalho com aplicativos.	()	Qual atividade:
Trabalhava por conta própria e passei a acumular o que fazia com o trabalho com aplicativos.	()	Qual atividade:

Outra situação. _____	Qual: ()	
--------------------------	-----------	--

2.2. Comente a referida situação:

2.3. Através de quem você obteve informações que lhe levaram a ingressar no trabalho por aplicativos? [Nota ao entrevistador: melhor fazer a pergunta e ver como o entrevistado responde. Para melhor definir a resposta, na sequência, o entrevistador pode ir apresentando alternativas].

Parente/s	()	Quem:
Colega/s da Escola	()	
Conhecido/s da comunidade religiosa	()	
Amigos/conhecidos	()	
Anúncio na mídia e ou nas redes sociais	()	Especificar:
Matéria/notícia na mídia	()	
Serviço de órgão governamental	()	Qual:
Outro	()	Qual:

2.4. Quem influenciou mais decisivamente nesse ingresso? [Nota para el entrevistador: só fazer esta pergunta se tiver mais de uma resposta ao quesito anterior]

2.5. Com quais motivos e expectativas você ingressou no trabalho por aplicativos? (pode escolher mais de uma opção). [Nota ao entrevistador: aqui é necessário ler as alternativas, pois a pergunta não clara por si só].

Vi nessa atividade uma oportunidade de <u>obter ou elevar a renda</u> .	()	
---	-----	--

Avaliei que nessa atividade teria <u>maior flexibilidade de tempo</u> , podendo conciliar o trabalho com outras responsabilidades.	()	Especifique essas outras responsabilidades:
Avaliei que poderia <u>combinar o trabalho anterior com essa nova atividade</u> .	()	
Ingressei no trabalho por aplicativos porque <u>é mais difícil conseguir trabalho em outro lugar</u> , mas não pretendo permanecer nele por muito tempo. Só até conseguir outra ocupação.	()	
Apesar de tudo, o trabalho em aplicativos <u>me dá mais segurança</u> de que não serei demitido.	()	
Nessa atividade <u>sou dono do meu próprio negócio</u> , sou autônomo, não tenho patrão.	()	
Outra motivação/expectativa.	()	Qual:

2.6. Caso tenha escolhido mais de uma opção, identifique e comente a de maior peso:

2.7. Comente se a/s expectativa/s que você tinha se confirmou/aram ou não

3. FORMAS DE INSERÇÃO NO TRABALHO POR APLICATIVOS

3.1. Para qual(is) aplicativos de entrega você trabalha atualmente?

Empresa de aplicativo	Tempo do cadastro (tempo que trabalha no aplicativo)	Quais exigências lhe foram feitas para o ingresso no aplicativo?	Quanto tempo demorou para a aceitação do cadastro?

3.2. Comente. Você já deixou de trabalhar para algum aplicativo? Por qual/ais motivo/s?

3.3. Como você realiza suas entregas?

De moto	()
De bicicleta (não elétrica)	()
Outro meio. Qual:	()

3.4. Caso utilize veículo, este é:

De sua propriedade (totalmente pago)	()
De propriedade de um familiar/amigo (emprestado)	()
Alugado	()
Financiado	()
Outra situação. Qual:	()

4. RENDIMENTO LÍQUIDO

4.1. Quais as suas receitas mensais (tomar como referência o último mês)?

Receitas Mensais			
Tipo de receita		Valor em moeda local	Observações (acrescente comentários que detalhem e esclareçam cada item)
	Renda bruta mensal com aplicativos (excluídas as gorjetas)		

Receitas geradas no trabalho por aplicativos	Gorjetas geradas no trabalho por aplicativos (cálculo aproximado)		
	Total de receitas mensais geradas no trabalho por aplicativos		
Receitas mensais geradas com outras atividades (excluindo as geradas no trabalho com aplicativos)			
Total de receitas mensais			

4.2. *Quais as suas despesas mensais (tomar como referência o último mês)?*

Despesas Mensais			
Tipo de despesas		Valor em moeda local	Observações (acrescente comentários que detalhem e esclareçam cada item)
Despesas geradas na execução do trabalho por aplicativos	Financiamento do veículo		
	Aluguel do veículo		
	Seguro do veículo		
	Licenciamento do veículo		
	Combustível		
	Manutenção do veículo (revisão, reposição de peças)		
	Alimentação (durante o trabalho)		
	Pagamento de impostos/contribuição previdenciária exigidos para atuar como entregador		
	Plano de telefone/internet		
	Outras despesas geradas no trabalho por aplicativos		Especificar

Total de despesas no trabalho com aplicativos		
Despesas geradas no trabalho em outras atividades		Especificar
Total de despesas mensais		

4.3. Qual a sua renda líquida mensal (tomar como referência o último mês)?

Renda líquida com aplicativos		
Renda líquida total		

4.4. Qual é sua renda familiar líquida (total de rendas da casa onde você vive)?

Renda familiar líquida: _____

4.5. Quantas pessoas vivem desta renda?

Número de pessoas: _____

4.6. Se você trabalha com mais de um aplicativo, como é distribuída proporcionalmente sua renda bruta mensal entre os aplicativos?

Aplicativo	Percentual da renda bruta gerada mensalmente

4.7. Quais são as tarifas dos aplicativos com os quais trabalha?

Aplicativo	Tarifa mínima (preço por Km, em moeda local)	Pagamento médio por entrega

4.8. Comente sua resposta, comparando os aplicativos:

4.9. *Quais as estratégias que você já usou para garantir a melhora no seu ganho?* [Nota para o entrevistador: ler as opções para o/a entrevistado/a]

Medida para preservar/melhorar a renda	Sim/Não	Comentário adicional
Para melhorar sua renda, você teve que aumentar a jornada de trabalho?		
Alguma vez você mudou seu horário de trabalho?		
Alguma vez você mudou os dias de trabalho?		
Alguma vez você mudou as áreas de atuação?		
Você define condições para aceitar os pedidos (distância, região da cidade etc.) ou aceita todos?		
Você definiu um ou mais aplicativos como prioritário?		
Alguma vez alterou essa prioridade?		
Você já trocou de veículo com o objetivo de melhor o ganho?		
Usou outra estratégia? Qual/is.		

4.10. Comente as respostas.

5. JORNADA DE TRABALHO

5.1. *Como está distribuída sua jornada de trabalho por semana no trabalho por aplicativos (tomar como referência o seu tempo de trabalho)?*

Trabalho por aplicativos (no conjunto)
--

Dia da semana	Quantas horas do dia você fica conectado aos aplicativos?	Quanto tempo reserva para descanso no dia (almoço + jantar + outra necessidade)?	Qual o número médio de pedidos entregues no dia?	Qual o tempo médio gasto por pedido?	Qual a distância média percorrida por pedido?
Segunda					
Terça					
Quarta					
Quinta					
Sexta					
Sábado					
Domingo					

5.2. Como está distribuída sua jornada de trabalho por semana em outros trabalhos (excluindo o trabalho por aplicativos)

Outros trabalhos (excluindo o trabalho por aplicativos)		
Dia da semana	Tempo de trabalho	Total de tempo dos intervalos (almoço, jantar, outra necessidade)
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

5.3. Comentários adicionais comparando as jornadas de trabalho entre os dias e entre o trabalho nos aplicativos e em outros trabalhos:

6. CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELAS EMPRESAS DE APLICATIVOS

6.1. *Quais os auxílios pagos pelas empresas aos entregadores?*

Auxílio	Não	Integral	Parcial
Saúde			
Previdência			
Acidente			
Roubos			
Vida			
Outro. Qual			

6.2. Comente as respostas:

6.3. *Quais equipamentos de proteção individual (EPI) você utiliza no seu trabalho?*

[Notas para o entrevistador: ler as opções para o/a entrevistado/a; pode escolher mais de uma opção]

- ☐ Bota/Sapato.
- ☐ Capacete.
- ☐ Luva.
- ☐ Protetor solar.
- ☐ Camisa de proteção UV.
- ☐ Colete refletivo ou faixa refletiva.
- ☐ Bag reflexiva.
- ☐ Capa de chuva.
- ☐ Antena corta-pipa.

☐ Outro(s). Qual(is):

6.4. As empresas normalmente fornecem os EPIs?

Nunca	()
Todos	()
Alguns	()

6.5. As empresas de aplicativos adotam alguma outra medida de proteção aos entregadores?

Empresa X

Tipos de medidas	Descrição
Contra assaltos	
Contra acidentes	
Visando evitar doenças	
Contra violência sexual	
Outro tipo	

Empresa Y

Tipos de medidas	Descrição
Contra assaltos	
Contra acidentes	
Visando evitar doenças	
Contra violência sexual	
Outro tipo	

6.6. As empresas de aplicativos oferecem algum serviço de apoio aos entregadores na rua?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei informar

6.7. Se oferecem, especifique os serviços ofertados, por empresa [Nota para o entrevistador: marque um X quando a resposta for “sim”]:

Empresa X

Serviços	Sim/Não
Banheiro	
Água	
Assento para descanso	
Conexão à Internet	
Tomadas elétricas para recarga do celular	
Outro tipo. Qual/is:	

Empresa Y

Serviços	Sim/Não
Banheiro	
Água	
Assento para descanso	
Conexão à Internet	
Tomadas elétricas para recarga do celular	
Outro tipo. Qual/is:	

6.8. Outro agente oferece esse serviço de apoio?

☐ Não

☐ Sim, prefeitura. Especifique quantos pontos de apoio e descreva a estrutura de funcionamento.

☐ Sim, governo estadual. Especifique quantos pontos de apoio e descreva a estrutura de funcionamento.

☐ Sim, outro. Qual/is agente/s (exemplo: restaurantes). Especifique quantos pontos de apoio e descreva a estrutura de funcionamento.

6.9. *Quais as formas de comunicação que as empresas de aplicativos disponibilizam para queixas, denúncias, reclamações, esclarecimentos aos entregadores?*

Empresa de aplicativo	Chat (assistente virtual)	Telefone	Atendimento presencial	Outro/s. Qualis.

6.10. Comente:

7. O DIA-A-DIA DO TRABALHO, NA PERCEPÇÃO DOS ENTREGADORES

7.1. *Onde normalmente você aguarda os pedidos (praça, calçada, posto de combustível, etc.)?*

7.2. *Você já sofreu algum tipo de punição pelos Apps?*

☐ Sim

☐ Não

7.3. *Se sim, quais tipos?*

Tipo de punição	Empresa	Quantas vezes	Comente
Você já foi obrigado a pagar por mercadoria extraviada no percurso da entrega?			
Você já foi obrigado a pagar por entrega não concluída (por alguma razão)?			
Você já foi bloqueado temporariamente?			
Você já foi bloqueado permanentemente?			
Você sofreu outro tipo de punição? Qual.			

7.4. A avaliação do cliente é importante para você? Por quê?

7.5. Você já se sentiu discriminado e/ou sofreu ofensa no trabalho? (Pode escolher mais de uma opção, entre as positivas)

☐ Não.

☐ Sim. Pela Empresa.

☐ Sim. Por Cliente.

☐ Sim. Por Estabelecimento/Restaurante.

☐ Sim. Por Outro(s).

Qual(s) _____

7.6. Se sofreu discriminação, qual(s) o(s) motivo(s)? (Pode escolher mais de uma opção)

☐ Cor ou raça

☐ Por classe social

☐ Por nacionalidade (imigrante)

☐ Gênero

☐ Religião

☐ Orientação sexual

☐ Participação sindical

☐ Posição política

☐ Doença

☐ Não sei informar

☐ Por outro motivo. Qual(s)?

7.7. Se sofreu discriminação, poderia contar uma situação?

7.8. Nos casos em que sofreu discriminação,

	Sim	Não
Comunicou ao aplicativo?		
Fez denúncia policial?		
Tomou outra providência? Qual?		

7.9. Se comunicou, que providências a empresa de aplicativos tomou?

7.10. Se comunicou e a empresa tomou alguma providência, qual seu nível de satisfação com tais providências?

Muito boa	()
Boa	()
Regular	()
Ruim	()

Muito	()
Ruim	

7.11. Por quais situações abaixo você já passou desde que começou a trabalhar com entregas por aplicativos?

Tipo de situação	Quantas vezes
Acidente de trânsito	
Assaltos	
Adoecimento	
Agressão verbal ou física	
Outra/s. Qual/is	

7.12. Pode descrever um ou mais episódios que lhe marcou mais fortemente?

7.13. Depois de ter começado a trabalhar com entregas por aplicativos, você apresentou algum desses problemas de saúde relacionados ao trabalho? (Pode escolher mais de uma opção)

- ☐ Problemas de coluna
- ☐ Surdez ou perda de audição
- ☐ Doenças de pele
- ☐ Doenças respiratórias
- ☐ Lesão por esforços repetitivos (LER/ DORT)
- ☐ Contaminação
- ☐ Estresse
- ☐ Saúde mental (depressão, ansiedade etc.)
- ☐ Lesão física por conta de acidente ou assalto
- ☐ Outro(s).

Qual(is)?

7.14. O que ocorre se você tiver um problema de saúde ou acidente no momento em que estiver fazendo uma entrega e por isso se recusa a concluí-la?

8. OS CONFLITOS NO COTIDIANO DO TRABALHO POR APLICATIVOS E AS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA

8.1. Na sua experiência de trabalho com aplicativos, em que tipo/s de conflito/s você já esteve envolvido?

Tipo	Motivo	Como foi resolvido
Na relação com os <u>clientes</u> ()	Atraso na entrega ()	
	Estado do produto ()	
	Exigência de entrega até a porta (quando o cliente mora em condomínio) ()	
	Discriminação / tratamento desrespeitoso ()	
	Outro/s. Qual/is ()	
Na relação com <u>porteiros de condomínios</u> ()	Não permitiu esperar o cliente dentro do condomínio ()	
	Discriminação / tratamento desrespeitoso ()	
	Outro/s. Qual/is ()	
	Bloqueio sem explicação	

Na relação com as <u>empresas de aplicativos</u> ()	()	
	Exigência de pagamento de mercadoria extraviada ()	
	Exigência de pagamento de entrega não concluída ()	
	Falta de assistência em caso de acidentes ()	
	Não atende as reclamações do/a entregador/a ()	
	Rebaixamento de tarifa ()	
	Descontos indevidos ()	
	Discriminação / tratamento desrespeitoso ()	
	Outro/s. Qual/is ()	
Na relação com as <u>empresas contratantes</u> do serviço de entrega (restaurantes, farmácia etc.) ()	Por negar itens como água, banheiro, abrigo etc. ()	
	Tempo de espera do produto ()	
	Discriminação / tratamento desrespeitoso ()	
	Outro/s. Qual/is ()	
No <u>trânsito</u>	Com a polícia de trânsito	

()	()	
	Com condutores de outros veículos ()	
	Com pedestres ()	
Com <u>outros entregadores</u> ()	Competição ()	
	Discriminação / tratamento desrespeitoso ()	
	Outro/s. Qual/is ()	

8.2. Na sua opinião, quais são os principais problemas que os/as entregadores/as enfrentam no trabalho por aplicativos? *[Nota para o entrevistador: marque um X quando a resposta for “sim”]*

Problema principal	Sim	Comente sua escolha
As tarifas definidas pelos aplicativos são baixas		
Os bloqueios e outras punições sem explicações		
A falta de pontos de apoio		
Os riscos de acidente, de adoecimento e de assalto		
A desunião dos/as entregadores/as		
A falta de regulamentação desse tipo de trabalho		
A falta de garantia de direitos/assistência		
As dificuldades de comunicação com as empresas de aplicativos		
O tratamento dado pelos clientes		
Outro/s. Qual/s		

8.3. *Você já participou em mobilização de trabalhadores de aplicativos?*

Sim () Não ()

8.4. *Se sim, conte como foi?*

8.5. *Você já participou de atividades sindicais ou outras formas associativas de trabalhadores?*

Não, nunca.	()
Sim, participei antes de ingressar no trabalho por plataformas, quando trabalhava com outras ocupações	()
Sim, participei antes de ingressar no trabalho por plataformas e continuo participando até agora	()
Sim, mas só comecei a participar depois que ingressei no trabalho por plataformas	()

8.6. *Se nunca participou em atividades sindicais, indique a razão principal*

Nunca soube muito bem o que faz e para que serve um sindicato	()
Não confio nos sindicatos	()
Prefiro resolver os problemas que aparecem diretamente com os chefes	()
Outra razão. ¿Qual? Comente.	()

8.7. Caso sim, quais atividades?

Reuniões, assembleias, eleições ou outra atividade estatutária	()
Passeatas ou carreatas	()
Greves ou paralisações	()
Bloqueios de ruas ou estradas	()
Concentrações	()
Ocupação de órgãos público	()
Outra/s. Qual/is. Comente.	()

8.8. Você atualmente é membro de algum sindicato ou outras formas associativas de trabalhadores? *[Nota para o entrevistador: pode escolher mais de uma opção, entre as opções com “sim”]*

☐ Sim, sou filiado/a a um Sindicato. Qual:

☐ Sim, sou filiado/a a uma Associação. Qual:

☐ Sim, participo de um coletivo de entregadores. Qual:

☐ Não.

☐ Não sei informar.

8.9. Por quais meios você é informado(a) das atividades e assuntos do sindicato e/ou associação e/ou coletivo?

Whatsapp	()
Facebook	()
Instagram	()
Telegram	()

Informativo do Sindicato/Associação	()
Conversas com os colegas	()
Outro/s. Qual/is	()

8.10. *Algum sindicato ou central sindical tem apoiado as mobilizações e lutas dos entregadores de sua cidade?*

Sim	()
Não	()
Não sei informar	()

8.11. *As empresas têm aceitado fazer algum tipo de negociação com sindicato, associação ou coletivo, para tratar de questões da categoria?*

Sim	()
Não	()
Não sei informar	()

8.12. *Caso a resposta tenha sido sim, quais os ganhos até agora obtidos?*

8.13. *Quais são as estratégias adotadas pelas empresas para enfrentar as mobilizações dos distribuidores?*

Bloquear os líderes e outros ativistas	()
Oferecer vantagens especiais (enquanto o movimento durar) para os entregadores	()
Chamar a polícia	()
Campanha na mídia (em defesa da autoimagem e criminalização do movimento)	()

Outro/s. Qual/is	()
------------------	-----

8.14. *Você acredita que a organização coletiva de entregadores/as pode ajudar na conquista de melhores condições de trabalho?*

Sim	()
Não	()

Comentários adicionais:

8.15. *Qual é sua opinião sobre o apoio dos sindicatos ou centrais sindicais nas manifestações dos entregadores?*

8.16. *Qual é sua opinião sobre o apoio dos Partidos nas manifestações dos entregadores?*

8.17. *O que você acha que o Sindicato/Associação pode fazer para melhorar sua relação com a categoria?* [Notas para o entrevistador: ler as opções; escolher duas opções prioritárias]

- ☐ Procurar ouvir mais os entregadores.
- ☐ Informar melhor os entregadores sobre seus direitos e as formas de lutar por eles.
- ☐ Oferecer assistência jurídica, serviços médicos, de qualificação profissional, entre outros.
- ☐ Oferecer uma sede física como ponto de apoio para o trabalho (com banheiros, salas de descanso, energia elétrica e internet).
- ☐ Realizar parcerias com Universidades, Faculdades, Escolas Técnicas e outras instituições educativas para que seus sócios/as possam ter redução nas mensalidades.
- ☐ Oferecer serviços de lazer e recreação.

- ☐ Atuar mais nas lutas dos trabalhadores por seus direitos.
- ☐ Não tenho nenhuma sugestão a fazer.
- ☐ Tenho outras sugestões. Quais?

8.18.Comente:

9. PERCEPÇÕES DOS/AS ENTREGADORES/AS SOBRE SEU TRABALHO E SOBRE SI PRÓPRIOS

9.1. Se puder optar, que tipo de ocupação você prefere?

Tipo de ocupação	Justificativa da/s escolha/s
Emprego formal (carteira assinada)	
Emprego informal (sem carteira assinada)	
Trabalho autônomo formal (com CNPJ, como MEI ou ME)	
Trabalho autônomo informal (sem CNPJ)	
Outra/s. Qual/is	

9.2. Na sua opinião, como deve ser regulamentado o trabalho por aplicativos?

[Nota para o entrevistador: ler as opções]

Forma de regulamentação	Justificativa da/s escolha/s
Como emprego formal, com carteira assinada (reconhecimento de todos os benefícios)	
Como emprego formal, com carteira assinada (com benefícios), mas com garantia de flexibilidade	
Como autônomo, mesmo que não sejam garantidos benefícios	

Como autônomo, mas com garantias de benefícios	
Não deve haver nenhum tipo de regulamentação	
Outra/s. Qual/is	

9.3. Com que afirmações você concorda? *[Nota para o entrevistador: ler as opções]*

Afirmação	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Sem opinião
O entregador é um empreendedor, que trabalha fazendo sua jornada e seu salário de forma autônoma.					
O entregador é um trabalhador que atua de modo subordinado e explorado pelos aplicativos.					
Prefiro trabalhar como entregador autônomo do que como empregado com carteira assinada em outro tipo de empresa					
Os entregadores devem ter seus direitos garantidos					
Os entregadores são individualistas e falta solidariedade uns com os outros					
Só organizados em sindicatos ou associações os entregadores podem conquistar melhores condições de trabalho					
A política é importante porque decide leis e direitos					

para a vida das pessoas					
Os entregadores não brancos sofrem com racismo no trabalho					
As entregadoras sofrem com machismo no trabalho					
O trabalho de entrega deve ser só para homens					
A religião é o que há de mais importante na minha vida					
Todo entregador deveria ter uma arma para se defender de assalto.					
Eu sugeriria a outras pessoas da família trabalhar como entregador					